

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

DALEXON SÉRGIO DA SILVA

**A HETEROGENEIDADE, AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E OS EFEITOS
METAFÓRICOS NO DISCURSO RELIGIOSO DE MEMBROS DA
ASSEMBLEIA DE DEUS**

RECIFE

2012

DALEXON SÉRGIO DA SILVA

**A HETEROGENEIDADE, AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E OS EFEITOS
METAFÓRICOS NO DISCURSO RELIGIOSO DE MEMBROS DA
ASSEMBLEIA DE DEUS**

Dissertação apresentada à Banca Avaliativa do Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientador: Prof^o Dr^o Karl Heinz Efken.

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Nadia P. G. de Azevedo

RECIFE

2012

S586h

Silva, Dalexon Sérgio da

A heterogeneidade, as formações discursivas e os efeitos metafóricos no discurso religioso de membros da Assembleia de Deus / Dalexon Sérgio da Silva ; orientador Karl Heinz Efken ; co-orientador Nadia P. G. de Azevedo, 2012.

165 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Ciências da Linguagem, 2012.

1. Análise do discurso. 2. Linguagem e línguas - Aspectos religiosos. I. Título.

CDU 801

**A HETEROGENEIDADE, AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E OS
EFEITOS METAFÓRICOS NO DISCURSO RELIGIOSO DE
MEMBROS DA ASSEMBLEIA DE DEUS**

Dalexon Sérgio da Silva

Prof^o Dr^o Karl Heinz Efken

Prof^a. Dr^a. Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

DATA: 21/12/2012

Banca Examinadora:

Prof^o. Dr^o Karl Heinz Efken
Universidade Católica de Pernambuco
Orientador

Prof^a. Dra. Nadia Patrizia Novena.
Universidade de Pernambuco - UPE
Examinadora Externa

Prof^a. Dr^o Sérgio Sezino D. Vasconcelos.
Universidade Católica de Pernambuco
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me faz esse sujeito cindido, clivado, assujeitado a sua voz que fala sempre ao meu coração e me marca em todos os momentos de minha vida!

Ao meu orientador Prof^o Dr. Karl Heinz Efken e a minha co-orientadora, Prof^a Dr^a Nadia Pereira Gonçalves de Azevedo do Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco por estarem presentes a todo o tempo como: “o grande outro” no meu discurso acadêmico, meu muito obrigado mesmo!!!

Ao pastor Gilmar Ribeiro, que na posição-sujeito de assessor do Pr. José Roberto dos Santos (Pr. Presidente das Assembleias de Deus do campo de Abreu e Lima) conseguiu viabilizar a autorização desta pesquisa e a facilitação do fornecimento das informações necessárias para o desenvolvimento desta investigação. Dentre elas, os registros históricos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do campo de Abreu e Lima, publicizadas em livro.

Aos seis sujeitos envolvidos nesta pesquisa que em muito contribuíram pela importância, também, dentre várias contribuições, dos efeitos de sentidos e metafóricos presentes em seus discursos.

Ao técnico Jainiton Pereira da Costa Filho, do setor de documentação e disseminação de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Recife, pelo fornecimento da tabela do Censo 2010, que permitiu a heterogeneidade discursiva que contribuiu consideravelmente para com esta pesquisa.

À equipe gestora da escola na qual trabalho: Prof^a Josinere Sales da Silva, Prof^a Sônia Guedes de Melo e Prof^a Adalice Sevy Freodippe de Albuquerque, que na formação imaginária do que é ser um mestrando procuraram me dar total apoio para que eu concluísse o Mestrado em Ciências da Linguagem.

À minha mãe, M^a de Lourdes Bernardo da Silva e meu pai, Severino Sérgio da Silva (In Memoriam) por inúmeras contribuições e por proporcionarem um novo acontecimento discursivo. Isto é, o dia em que o médico-cirurgião lhes disse: - “Já nasceu e é um menino”!

Aos meus irmãos, Daniel Sérgio, Dário Sérgio (In Memoriam), Décio Sérgio, Delma Sérgio, Delmir Sérgio, Dijair Sérgio, Dílson Sérgio, Dayane Messias e todos os meus familiares e amigos que me mostraram, desde pequeno, o respeito a outras formações discursivas e ideológicas existentes no universo.

À minha esposa, Prof^a Rosineide de Araújo Santos por compreender-me na minha posição-sujeito de marido, estando sempre pronta a interação em nossas práticas sociais, amparando-me, sempre, em sua posição-sujeito de esposa amorosa.

Desta feita, meu muito obrigado a todos e a todas!!!

“Todo o discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço”.

Eni Orlandi

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar o discurso religioso de membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do campo de Abreu e Lima. Isto é, da igreja que é apontada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como a que possui o maior número de membros, dentre as igrejas evangélicas, tanto em Pernambuco, quanto no Brasil. Tal interesse por este trabalho surgiu mediante a observação do investigador desta pesquisa que, em sua posição-sujeito de professor da rede pública de ensino, percebeu no discurso de seus alunos assembleianos a presença de muitos efeitos metafóricos, do tipo: - “Ele é crente de fogo” ou “- “Eu sou um vaso nas mãos de Deus”, o que lhe despertou o interesse pela pesquisa em pauta. Assim, à luz da perspectiva teórica e dos procedimentos analíticos da Análise do Discurso de linha francesa (AD), este trabalho objetiva mobilizar os conceitos de heterogeneidade discursiva, formações discursivas, memória discursiva e os efeitos de sentidos e metafóricos na análise de um *corpus* constituído pelo discurso religioso de seis sujeitos assembleianos, sendo quatro pastores e dois crentes. Para tal, assume os postulados teóricos defendidos pelos seus principais representantes, principalmente, por Pêcheux, na Europa e por Orlandi, Indursky, Brandão e Mussalim no Brasil. Nesse viés, a pesquisa apontou o surgimento de uma nova formação discursiva, a qual resolveu cognominar de: “Formação Discursiva de *crente assembleiano de interação com o mundo*”, pois ao contrário da Formação Discursiva *precursora de crente da Assembleia de Deus*, que negava quaisquer interações com o mundo, essa nova FD que está presente na comunidade assembleiana permite uma certa interação com o “mundo”, principalmente, no que se refere aos usos e costumes do crente da Assembleia de Deus.

Palavras-chaves: discurso religioso, heterogeneidade, formações discursivas, memória discursiva, efeitos metafóricos.

ABSTRACT

This study aims to examine the religious discourse of members of the Evangelical Church Assembly of God Field Abreu e Lima. This is the church that is pointed to by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, as it has the largest number of members among evangelical churches, both in Pernambuco and Brazil. Such interest in this paper arose from the observation that this research investigator in his position-subject teacher of the public school system, realized in the speech of its students assembleianos the presence of many metaphorical effects, such as: - "He is a believer fire "or" - "I am a vessel in the hands of God", which sparked her interest in the research agenda. Thus, in light of the theoretical perspective and analytical procedures Discourse Analysis of French (AD), this paper aims to mobilize the concepts of heterogeneity discursive, discursive formations, discursive memory and the effects of metaphoric senses and analysis of a *corpus* by religious discourse assembleianos six subjects, four pastors and two believers. To this end, assumes the theoretical postulates defended by its main representatives, mainly by Pecheux, Europe and Orlandi, Indursky, Brandão and Mussalim in Brazil. This bias, the survey indicated the emergence of a new discursive formation, which resolved cognominar of "discursive formation of believer assembleiano interaction with the world," because unlike the discursive formation of precursor Christian Assembly of God, which denied any interactions with the world, this new FD that is present in the community assembleiana allows for some interaction with the "world", especially with regard to the uses and customs of the Christian Assembly of God.

Keywords: religious discourse, heterogeneity, discursive formations, discursive memory, metaphorical purposes.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	03	
RESUMO.....	06	
ABSTRACT.....	07	
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09	
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA		
1.1 O Discurso Religioso na Igreja Evangélica Assembleia de Deus em sua constituição histórica: surgimento, crenças e sua representação expressiva.....	14	
1.1.1 O Discurso Religioso na Análise do Discurso de Linha Francesa (AD).....	19	
1.2 A Análise do Discurso de Linha Francesa: origem, filiação teórica, épocas, sujeito/assujeitamento e seus conceitos.....	31	
1.2. 1 A Heterogeneidade Discursiva: constitutiva e mostrada.....	43	
1.2.2 As Condições de Produção do Discurso: as formações discursivas e ideológicas.....	46	
1.2.3 As Formações Imaginárias e o Papel da Memória Discursiva.....	53	
1.2.4 Os Efeitos Metafóricos na Análise do Discurso de Linha Francesa.....	58	
CAPÍTULO 2 – ASPECTOS METODOLÓGICOS		
2. 1 Tipologia do Estudo.....	69	
2.2 Seleção dos Sujeitos.....	71	
2.3 Coleta para o <i>Corpus</i> Discursivo e Técnicas de Pesquisa.....	73	
2.4 Procedimentos de Análise e Considerações Éticas.....	75	
CAPÍTULO 3 – TRABALHO ANALÍTICO NUM <i>CORPUS</i> DISCURSIVO.....		79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121	
REFERÊNCIAS	126	
ANEXOS.....	133	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse pelo estudo do discurso religioso da Igreja Evangélica Assembleia de Deus se deu quando eu realizei a docência em sala de aula com alunos do Ensino Fundamental e Médio da rede pública municipal e estadual. Nesta ocasião, mantive contato com muitos estudantes que eram membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do campo de Abreu e Lima e me despertou a atenção por já perceber no discurso desses assembleianos a presença de um discurso já-dito e de metáforas, por exemplo: - “a gente tá no deserto mesmo”, ou, -“Eu sou um crente de fogo”. Tais discursos me inquietaram, aguçando-me a curiosidade e, por conta disso, o desejo de elaborar essa pesquisa em busca de responder às seguintes indagações:

- Como o discurso religioso desses assembleianos significa?
- Como se apresenta essa forte presença de metáforas comuns entre os sujeitos da mesma igreja?
- Será que todos os assembleianos trazem um discurso já-dito, cristalizado?
- Que efeito de sentidos é produzido a partir do que há em comum entre os membros dessa igreja?
- Será que os efeitos metafóricos estão presentes no discurso de todos os sujeitos assembleianos?
- Será que todos os sujeitos assembleianos pertencem à mesma formação discursiva? Ou seja, falam de uma mesma posição?

No que concerne a essa problematização, refletir acerca dela e respondê-la é importante, pois se consolida em elementos contribuintes na ampliação da compreensão de como o discurso religioso se apresenta, em especial, o discurso dos sujeitos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus.

Para tal, de imediato, filiei-me à Análise Crítica do Discurso (ACD), de modo a que respondesse a esses questionamentos apresentados. Todavia, ao manter contato, por meio das disciplinas ofertadas pelo Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco, com a Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, que tem por seu principal representante Pêcheux, além de me identificar

com essa perspectiva teórica e analítica, pude ampliar minhas concepções teóricas e perceber que a AD se mostrava como sendo mais adequada e ampla para responder a tais indagações, levando-se em consideração ser a AD teoria e procedimento analítico.

Questões específicas da Análise do Discurso de linha francesa, como a heterogeneidade, a memória e a formação discursiva, presentes no discurso dos sujeitos envolvidos nesta investigação, fizeram-me compreender como o discurso dos crentes e pastores assembleianos se apresenta e como se mostra em sua produção e circulação, em seus efeitos de sentidos e metafóricos, na sua relação com a exterioridade, com a historicidade.

Assim, a opção por Pêcheux se dá por coerência teórica e metodológica, pois ele é o fundador da AD francesa, nos anos 60. Pêcheux é influenciado por Foucault, na segunda época da AD e reflete sobre os conceitos foucaultianos, porém dele se afasta, porque Foucault fala do sujeito do consciente, da Psicologia e Pêcheux opta, pela Psicanálise lacaniana, desde os primórdios da AD. Nesse viés, Pêcheux e os demais estudiosos da AD, como, por exemplo, Orlandi e Indursky no Brasil, compreendem a AD filiada ao Materialismo Histórico (Marx), à Linguística Estruturalista (Saussure) e à Psicanálise (Lacan). É a chamada Tríplice Aliança, que introduz a AD a uma disciplina de entremeios, sendo, por estudiosos, considerada maior do que a Linguística, extrapolando-a.

Outrossim, outro motivo que me aguçou a curiosidade e que me impulsionou e contribuiu para o desenvolvimento da presente investigação é porque, de acordo com o Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ela é a igreja evangélica brasileira que possui o maior número de fiéis tanto no estado de Pernambuco, quanto no Brasil, sendo cerca de 802.047 (oitocentos e dois mil e quarenta e sete) membros no estado de Pernambuco e de 12.314.410 (doze milhões, trezentos e quatorze mil e quatrocentos e dez) membros no Brasil, possuindo, assim, uma representação expressiva de falantes brasileiros que se destacam, também, na política regional e no Congresso Nacional, bem como, nas mais diversas áreas do conhecimento e nos demais segmentos sociais. Logo, torna-se interessante pesquisar uma igreja que possui uma representação tão expressiva em território pernambucano e brasileiro, sendo a única igreja evangélica brasileira que está presente do Oiapoque ao Chuí, de acordo com Costa (1985).

Nesse intento, este trabalho investigativo destina-se a analisar a presença da heterogeneidade, das formações discursivas, dos efeitos de sentidos e metafóricos e do papel da memória discursiva num *corpus* constituído pelo discurso religioso de 6 (seis) sujeitos envolvidos nesta pesquisa. A saber, composto por quatro pastores e dois crentes membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do campo de Abreu e Lima, na cidade de Abreu e Lima, no estado de Pernambuco, no Brasil.

Diante dessa concepção, é pertinente pontuar que este trabalho foi estruturado em três capítulos. A saber: fundamentação teórica, aspectos metodológicos e análise de um *corpus* discursivo. Desse modo, principia resgatando o discurso religioso na Igreja Evangélica Assembleia de Deus em sua constituição histórica, ou seja, seu surgimento, suas crenças e sua representação expressiva em território brasileiro. Para isso, resgata o trabalho religioso desenvolvido em solo belemita pelos seus fundadores, os missionários suecos: Gunnar Vingren e Daniel Berg, que trouxeram dos Estados Unidos da América para o Brasil, o discurso pentecostal, que se destinava a pregar, principalmente, a cura divina e o batismo no Espírito Santo com fogo.

No segundo tópico da fundamentação teórica, esta investigação apresenta a concepção de discurso, que é defendida pela Análise do Discurso de linha francesa (AD). Assim, o discurso para Pêcheux (1993, p. 82): “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”, pois o que é encontrado no discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos oriundos da tensão entre constituição e formulação. Nesse ponto, esta investigação procede à descrição dos elementos constitutivos do discurso religioso, propostos por Orlandi (1987).

O terceiro tópico apresenta a Análise do Discurso de linha francesa em sua origem, filiação teórica, épocas, sujeito/assujeitamento e seus conceitos. Nesse item, vê-se que a AD, em seu nascedouro, mobiliza o interdiscurso de três grandes áreas do saber. Isto é, a tríade: Linguística, Ciências Sociais e a Psicanálise, colocando-se como uma desdisciplina, por ficar nos entremeios, conforme compreendeu Orlandi (2005). É pertinente pontuar que a concepção do sujeito desta pesquisa é fundamentada na AD – sujeito afetado pelo inconsciente e ideologicamente marcado.

O quarto tópico do primeiro capítulo que versa sobre a fundamentação teórica se direciona a expor as contribuições trazidas por Authier-Revuz (2004), no que concerne

ao estudo acerca da heterogeneidade discursiva e sua classificação em constitutiva ou mostrada.

O quinto tópico abordado trata sobre as condições de produção do discurso, as formações discursivas e ideológicas. Nesse item, serão apontadas, principalmente, as contribuições trazidas por Pêcheux (1969) e Indursky (2000) acerca desses assuntos.

O sexto tópico apresenta as formações imaginárias e o papel da memória discursiva nos estudos concernentes à Análise do Discurso de linha francesa.

O sétimo tópico do primeiro capítulo visa mostrar uma retrospectiva histórica concernente aos estudos dos termos metafóricos, que foram alvos de constantes investigações desde a Grécia antiga, na qual Aristóteles e Platão já demonstravam interesse em estabelecerem concepções acerca desse assunto. Para Aristóteles, a metáfora possuía um valor decorativo, que acontecia pela semelhança entre dois ou mais objetos ou seres. Desse modo, serão apresentados os vários estudos referentes aos termos metafóricos até chegar à compreensão de efeitos metafóricos, compreendidos por Pêcheux (1969), na Europa e difundidos, no Brasil, principalmente, por Orlandi (2005).

Assim, apresenta-se o segundo capítulo desta investigação, que se propõe ao tratamento do objeto de estudo, assumindo a pesquisa qualitativa por ser adequada à AD, no qual serão mostrados os aspectos metodológicos que contribuíram para o desenvolvimento desta investigação. Isto é, a tipologia do estudo, a forma como os sujeitos foram selecionados, os procedimentos da coleta de um *corpus* discursivo e das técnicas de pesquisa, bem como, os procedimentos de análises e considerações éticas.

Por fim, o terceiro capítulo trará os resultados obtidos na análise de um *corpus* discursivo, à luz da perspectiva teórica e analítica da Análise do Discurso de linha francesa, conforme já exposto neste trabalho.

Nesse viés, espera-se que este trabalho contribua para o estudo em Ciências da Linguagem e em Ciências da Religião, no que concerne ao estudo acerca do discurso religioso, que comporta inúmeras investigações por se tratar de um discurso muito presente nas sociedades e que, por isso, merece considerações. Além disso, o objeto de estudo traz uma ótica discursiva (AD), que compreende o sujeito na/da linguagem,

considerando aspectos inerentes ao aprofundamento de questões problematizadas nas considerações iniciais deste trabalho.

Neste momento, solicito a licença do leitor para excluir as marcas da minha autoria no texto, em que, propositalmente, utilizei a primeira pessoa do singular, com o objetivo de melhor focar a problematização da pesquisa, para, a partir dos próximos capítulos, apagar explicitamente, assumindo a indeterminação do sujeito, por uma questão de proposta de formatação de dissertações do Programa. Esclareço, entretanto, que a língua falha, tropeça e o sujeito se evidencia nela, ainda assim.

Capítulo I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 O Discurso Religioso na Igreja Evangélica Assembleia de Deus em sua constituição histórica: seu surgimento, crenças e sua representação expressiva

O processo de existência legal no Brasil das doutrinas protestantes, que contraditam alguns paradigmas da Igreja Católica Apostólica Romana, data do ano de 1810. Ferreira (1992) cita o artigo XII do Tratado de Comércio, firmado entre Portugal e Inglaterra, em 19 de fevereiro de 1810, que coloca o marco inicial da liberdade aos cultos religiosos de origem protestante no Brasil, nestes termos:

Sua Alteza Real, o Príncipe Regente de Portugal declara e se obriga no seu próprio nome e no de seus herdeiros e sucessores a que os vassallos de Sua Majestade Britânica residentes em seus Territórios e Domínios não serão perturbados, inquietados, perseguidos ou molestados por causa de sua Religião, mas, antes terão perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem o serviço divino em honra do Todo-Poderoso Deus; quer seja dentro de suas casas particulares, quer nas particulares Igrejas e Capelas que Sua Alteza Real agora e para sempre graciosamente lhes concede a permissão de edificarem e manterem dentro de seus domínios e conquista, contanto que as sobritas capelas sejam construídas de tal maneira que exteriormente se assemelhem a casas de habitação e também que o uso de sinos não lhes seja permitido (FERREIRA, 1992, p. 69).

Nesse tratado comercial, surgia o princípio legal da diversidade religiosa no Brasil, embora com limites de expressão, e que somente a partir da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a promulgação da primeira Constituição republicana brasileira, o que tornou o país um Estado laico, que a liberdade religiosa adquiriu sua legalização, dentro de tantas dificuldades impostas, entre elas, o confronto doutrinário prevalecente até então, o catolicismo romano universal.

No início do séc. XX houve uma mudança de paradigmas no segmento protestante. Os Estados Unidos da América vivenciavam o que se convencionou a chamar de avivamento pentecostal, tendo seu início na Califórnia. Contudo, foi a igreja Batista dos Estados Unidos das Américas, mais precisamente, de Chicago, quem enviou dois missionários suecos: Gunnar Vingren e Daniel Berg ao Brasil.

O ano era 1910, ou mais detalhadamente, de acordo com Costa (1985) era o dia 19 de novembro de 1910. Nesta data, o Brasil viria a conhecer os pioneiros de um movimento religioso que viria a se consolidar como o Movimento Pentecostal no Brasil, no qual passaria, com o transcorrer dos anos, a se firmar e ostentar-se como o movimento evangélico que concentra o maior número de fiéis falantes da língua portuguesa em território brasileiro.

Gunnar Vingren e Daniel Berg foram dois homens e missionários suecos que embarcaram num navio, em Nova Iorque, rumo às terras paraenses. Ambos afirmavam serem inspirados pelo Espírito Santo para trazerem ao povo brasileiro uma mensagem nova, poderosa e eficaz centralizada em Deus.

Ao pisarem no solo de Belém, esses dois suecos traziam em si uma nova perspectiva nos seus discursos religiosos que seria amplamente abarcada pela comunidade paraense. Eles percorreram o território de Belém como andarilhos, nômades e levaram aos moradores daquela região a mensagem bastante inovadora de que era possível receber a cura divina e o batismo com fogo, no Espírito Santo, nos dias atuais, baseados na Bíblia, principalmente no livro de At 2.

Inicialmente, eles firmaram amizade com o pastor metodista Justus Nelson, que também era sueco, mas morava no Brasil, pastoreando uma igreja Metodista em Belém, o mesmo, apresentou-os posteriormente ao pastor Batista Erik Nilson, que os recebeu em sua residência na cidade de Belém. Daniel Berg e Gunnar Vingren passaram a conviver, durante algum tempo, com a população paraense e chegaram a se relacionar com outro evangélico, chamado Adriano Nobre, que era membro da Igreja Presbiteriana de Belém.

Vale salientar que, ainda de acordo com as palavras de Costa (1985), foi com o pastor Batista que eles conseguiram hospedagem e subsídios necessários para se estruturarem em Belém, todavia, o discurso trazido por eles ia de encontro ao que já vinha sendo veiculado pelo pastor batista, por isso, tais visões de mundo díspares, acabaram por germinar um desentendimento religioso entre eles, de tal forma que Daniel Berg e Gunnar Vingren deixaram de se reunir para cerimônias religiosas com Erik Nilson e passaram a se reunir com outros evangélicos batistas que começaram a acreditar nos ensinamentos pentecostais trazidos por eles dois.

Logo, passaram a se reunir para compartilharem ensinamentos doutrinários pentecostais na casa de uma irmã que se tornara ex-membro da Igreja Batista para seguir os novos ensinamentos deles, pois a irmã alegava ter recebido o Batismo no Espírito Santo com fogo (conforme Mt 3, 11 e Lc 3, 16), uma das principais crenças defendidas pelos missionários e que contrariava os dogmas batistas. Essa irmã chamava-se Celina de Albuquerque. Daniel Berg e Gunnar Vingren afirmaram ter sido a irmã Celina a 1ª pessoa a receber o Batismo no Espírito Santo em terras brasileiras. O domicílio dela estava situado na Rua Siqueira Mendes, Nº 67, em Belém do Pará. Local, no qual se teve os primeiros indícios do que viria a se constituir e se oficializar, posteriormente, a Assembleia de Deus no Brasil. Os evangélicos que passaram a se congregar na casa de Celina de Albuquerque, juntamente com Daniel e Vingren resolveram cognominar esse agrupamento de fiéis de “Missão de Fé Apostólica”, que segundo Costa (1985) aumentava espantosamente e diariamente o número de fiéis. A cada culto, a aglomeração e a adesão de fiéis aos novos ensinamentos cresciam nos números. Para Santos (2008), o dia 18 de junho de 1911, data na qual se reuniram na casa da irmã Celina de Albuquerque, como igreja, deve ser considerada a data de início da Igreja Evangélica Assembleia de Deus (ainda não tinha esse nome neste momento).

A notícia de que muitas pessoas estavam sendo curadas dos seus males e batizadas no Espírito Santo espalhou-se, rapidamente, por toda a região de Belém e muitos iam aos cultos para saberem mais detalhes sobre a nova união apregoada por esses missionários. Em relação ao exposto, tendo em vista tal relato, as pessoas que frequentavam essa Missão compreenderam e defenderam a ideia de que não se tratava mais, apenas, de uma Missão, mas de uma Assembleia, tendo em vista tratar-se, agora, de uma grande reunião de pessoas, por isso, de acordo com Costa (1985), resolveram, no dia 11 de janeiro de 1918 denominarem e constituírem, oficialmente, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, que na atualidade, é a igreja evangélica que concentra o maior número de fiéis no Brasil, isto é, mais de doze milhões de pessoas. Tal fenômeno já chamava a atenção da Fundação Getúlio Vargas na sua pesquisa intitulada: “Economia das Religiões”, publicada no dia 02 de maio de 2007, que apontava o crescimento considerável de membros assembleianos e de sua expansão geográfica, mostrando, assim, haver um percentual bastante representativo de falantes da língua portuguesa no Brasil, que interagem com outros cidadãos brasileiros através desse discurso religioso assembleiano. Objeto de estudo deste trabalho.

A ascensão geográfica da Assembleia de Deus e sua representação expressiva em Pernambuco e no Brasil, também, são apontadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE no Censo 2010 (vide anexo 04). De acordo com esse instituto oficial de pesquisa, a Assembleia de Deus é a igreja evangélica brasileira que possui o maior número de fiéis, tanto no estado de Pernambuco, quanto no Brasil, possuindo em torno de 802.047 (oitocentos e dois mil e quarenta e sete) membros no estado de Pernambuco e de 12.314.410 (doze milhões, trezentos e quatorze mil e quatrocentos e dez) membros no Brasil, apontando, assim, o seu crescimento em relação às demais igrejas evangélicas e diversas religiões existentes em território pernambucano e brasileiro.

Quanto às crenças assumidas e defendidas pelos sujeitos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, de acordo com Santos (2008), os assembleianos têm por base os principais ditames abaixo:

1. Em um só Deus, eternamente subsistente em três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo (Dt. 6, 4. Mt 28, 19. Mc 12,29).
2. Na inspiração verbal da Bíblia Sagrada, única regra infalível de fé normativa para a vida e o caráter cristão (2 Tm 3,14-17).
3. Na concepção virginal de Jesus, em sua morte vicária e expiatória, em sua ressurreição corporal dentre os mortos e sua ascensão vitoriosa aos céus. (Is 7,14. Rm 8, 34 e At 1, 19).
4. Na pecaminosidade do homem que o destituiu da glória de Deus, e que somente o arrependimento e a fé na obra expiatória e redentora de Jesus Cristo é que pode restaurá-lo a Deus. (Rm 3, 23 e At 3, 9).
5. Na necessidade absoluta do novo nascimento pela fé em Cristo e pelo poder atuante do Espírito Santo e da Palavra de Deus, para tornar o homem digno do Reino dos Céus. (Jo 3, 3-8).
6. No perdão dos pecados, na salvação presente e perfeita, na eterna justificação da alma, recebidos gratuitamente de Deus pela fé no sacrifício efetuado por Jesus Cristo em nosso favor. (At 10, 43, Rm 3, 24-26. 10-13 e Hb 5, 9. 7, 25).

7. No batismo bíblico efetuado por imersão do corpo inteiro uma só vez em águas, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, conforme determinou o Senhor Jesus Cristo. (Mt 28, 19. Rm. 6, 1-6 e Cl 2, 12).
8. Na necessidade e na possibilidade que temos de viver vida santa mediante a obra expiatória e redentora de Jesus no Calvário, através do poder regenerador, inspirador e santificador do Espírito Santo, que nos capacita a viver como fiéis testemunhas do poder de Cristo. (Hb 9, 14 e 1 Pd 1, 15).
9. No batismo bíblico no Espírito Santo que nos é dado por Deus mediante a intercessão de Cristo, com a evidência inicial de falar em outras línguas, conforme a sua vontade. (At 1, 5. 2, 4. 10, 44-46. 19, 1-7).
10. Na atualidade dos dons espirituais distribuídos pelo Espírito Santo à Igreja para sua edificação, conforme a sua soberana vontade. (1 Cor 12, 1-12).
11. Na segunda vinda premilenial de Cristo, em duas fases distintas. Primeira: invisível ao mundo, para arrebatá-la sua Igreja fiel da terra, antes da Grande Tribulação. Segunda: visível e corporal, com sua Igreja glorificada, para reinar sobre o mundo durante mil anos. (1 Ts 4, 16-17. 1 Cor. 15, 51-54. Ap 20, 4. Zc. 14, 5 e Jd 14).
12. Que todos os cristãos comparecerão ante o tribunal de Cristo, para receber recompensa dos seus feitos em favor da causa de Cristo na terra. (2 Cor 5, 10).
13. No juízo vindouro que recompensará os fiéis e condenará os infiéis. (Ap 20, 11-15).
14. E na vida eterna de gozo e felicidade para os fiéis e de tristeza e tormento para os infiéis. (Mt 25, 46).

Do exposto, destaca-se que todas as crenças citadas, acima, possuem como embasamento teórico a interdiscursividade bíblica, citada sempre entre parênteses, o que torna perceptível a heterogeneidade discursiva que o discurso assembleiano faz com a Bíblia. Heterogeneidade essa, que, também, constitui-se instrumento de pesquisa no discurso desses assembleianos.

Nesse foco, é pertinente ressaltar que tais crenças expostas, nesse tópico, serão retomadas e analisadas à luz da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa no

terceiro capítulo deste trabalho, que comporta os procedimentos analíticos desta pesquisa.

1.1.1 O Discurso Religioso na Análise do Discurso de Linha Francesa

Segundo Orlandi (2005), etimologicamente, a palavra *discurso* tem em si a ideia de curso, de percurso, de movimento. Assim, o discurso é a palavra em movimento, de modo que o estudioso do discurso observa o homem falando em um processo de historização contínuo. O discurso para Pêcheux (1993, p. 82): “[...] é o efeito de sentidos entre locutores”, pois o que é encontrado no discurso é um complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos oriundos da tensão entre constituição e formulação. Fernandes (2008) atestou que devido ao fato de os discursos terem sua legitimidade assegurada no já-dito, a memória, eles não são fixos, mas se transformam e assumem outros valores, de acordo com a época, o lugar e a ideologia vigente. Segundo Foucault (2011 a), discursos são como um conjunto de enunciados que se remetem a uma mesma formação discursiva. Assim, um discurso é um conjunto de enunciados que tem seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. Para ele, a análise de uma formação discursiva consistirá, então, na descrição dos enunciados que a compõem. E a noção de enunciado em Foucault é contraposta à noção de proposição e de frase, concebendo-o como a unidade elementar básica que forma o discurso. O discurso seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva, como também pontuou Brandão (2004).

É relevante considerar que Foucault compreendeu que o discurso seria constitutivo da realidade e produziria, como o poder, inúmeros saberes. Ele falou acerca disso desde o início de suas investigações, em *Arqueologia do Saber* esse assunto aparece sob a forma de reflexão sobre o trabalho realizado e sobre projetos futuros:

gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos,

vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os tornam irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse "mais" que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2010, p. 54-55).

Nesse viés foucaultiano, percebe-se que seu universo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados, visibilidades e textos que se constituem em práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. Nesse item, o discurso ultrapassa a simples referência a coisas, ele existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo, pois apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. É a esse "mais" que o autor se refere, sugerindo que seja descrito e apanhado a partir do próprio discurso. Isto é, dentro de um determinado campo discursivo.

Do exposto, destaca-se que Pêcheux amplia a definição do conceito de discurso passando por uma rediscussão dos conceitos de língua e fala, conforme definidos por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Analisando a tese de Saussure de que a língua é social e exterior aos indivíduos, enquanto a fala é individual, o filósofo argumenta que esses conceitos não dão conta de toda a produção de linguagem. Defende o autor que seria necessário propor um "nível intermediário" entre a língua e a fala, que seria o nível do discurso:

Parece indispensável colocar em questão a identidade estabelecida por Saussure entre o *universal* e o *extra-individual*, mostrando a possibilidade de definir um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da *particularidade* que define "contratos" linguísticos específicos de tal ou tal região do sistema, isto é, feixes de normas mais ou menos localmente definidos, e desigualmente aptos a disseminarem-se uns sobre os outros (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 73-74).

Desta, feita, para se chegar à língua da AD é preciso, pois, sair do espaço da univocidade, da completude, da transparência, migrando para uma língua opaca, sujeita ao atravessamento do histórico e do social. Nesse ponto, língua, história, ideologia e sujeito convivem nos processos discursivos. Pêcheux (1969) sugere pensar a língua afastada da unicidade, da completude e procura mostrá-la como sendo atravessada pela falta, estando, portanto, muito próxima do sujeito, que é atravessado pelo inconsciente e pela ideologia. De acordo com Courtine (1981, p. 102), “o discursivo materializa o contato entre o ideológico e o linguístico à medida que ele representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia”. Nesse ponto, abandona-se um processo mecânico e automático por um processo dinâmico que permite a compreensão da história das transformações do sentido, com a finalidade de se chegar aos mecanismos de sua produção, fundado em determinações histórico-sociais.

Nesse item, o discurso se define para Pêcheux (1969) como um subconjunto, situado em um nível irredutível tanto aos elementos individuais que a ele pertencem quanto ao conjunto mais amplo que o contém. Assim, o discurso é definido como um fenômeno constituído não apenas por elementos linguísticos, mas por elementos “extralinguísticos”. Isso fica mais explícito na seguinte passagem de um dos primeiros textos de Pêcheux:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem, efetivamente, ser concebidos como funcionamento, mas com a condição de acrescentar que esse funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual deste termo, e que não se pode defini-los senão em referência à estrutura da formação social em que se encontram (PÊCHEUX, 1969, p. 218).

Do que foi dito, o discurso como pensado por Pêcheux está em íntima relação com uma série de conceitos da teoria marxista: estrutura da formação social, ideologias, posições de classe. Destes, o conceito de ideologia é aquele com que o discurso mantém uma relação mais direta. Assim, Pêcheux propõe que o discursivo seja entendido como uma das formas da materialidade das ideologias. Sendo assim, concebe as formações discursivas (FD) como elementos constitutivos das formações ideológicas (FI), as quais estão relacionadas à produção dos discursos.

Pêcheux (1969) chama a atenção à impossibilidade de analisar um discurso como um texto, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, com começo, meio e fim. Logo, é preciso referir o texto ao conjunto de discursos possíveis, tomá-lo como discurso. Assim, a relação entre texto e discurso não é biunívoca. Isto é, um discurso não é igual a um texto e vice-versa. O texto (a parte) é a manifestação material do discurso (o todo). Nesse foco, o discurso não é um conjunto de textos, mas sim um fenômeno social, a linguagem em interação. Nessa compreensão, o texto é visto como o lugar de produção de sentidos. Ele é mais que uma simples unidade, é uma unidade complexa de significação. É um espaço simbólico, não fechado em si mesmo, estabelecendo, sempre, contato com o intertexto, a exterioridade. É dessa forma que Orlandi (2005) vê o texto, não apenas como um dado linguístico, mas como um fato discursivo. O fato de linguagem na análise de discurso traz em si a ótica da historicidade.

Em relação aos mais variados tipos de discursos, encontramos em Orlandi (2006 a) um estudo que distingue uma possibilidade de tipologia discursiva que está baseada em dois critérios principais: o da interação (o modo como os interlocutores se consideram e, o segundo, o grau de transparência ou de opacidade dos enunciados produzidos (trata da questão da polissemia). É por meio desses dois critérios que os discurso podem ser classificados, de forma predominante e não exclusivamente, em: “lúdicos”, “polêmicos” ou “autoritários”. Assim:

Nesse sentido, podemos caracterizar os três tipos de discursos da seguinte maneira: o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário, procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (ORLANDI, 2006 a, p.15).

Nessa compreensão, o lúdico tem por característica o jogo aberto de interlocuções, tendo como dinâmica a relação dialógica entre locutor e interlocutor,

sendo, portanto, bastante polissêmico. A título de exemplificação dessa modalidade discursiva, pode-se citar uma conversa entre amigos sem que haja uma verdade absoluta sendo defendida a toda prova, não havendo, portanto, o cerceamento dos interlocutores.

Já no discurso polêmico, a relação dialógica entre os interlocutores torna-se mais restrita, pois os sujeitos envolvidos visam direcionar seus pontos de vista com um menor grau de interação e polissemia. Por exemplo, o discurso numa consulta médica, pois há um determinado momento em que a voz do médico deve ser ouvida e aceita pelo fato de ser considerada como detentora de um saber, sendo cabível ao paciente aceitá-la, tendo em vista que o paciente não tem o domínio da linguagem e dos procedimentos médicos.

Por fim, no discurso autoritário, ocorre uma acentuada, ou completa, restrição na relação dialógica entre locutor e interlocutor, o que proporciona a instauração de condições para que se efetue o exercício da dominação sobre o outro, havendo um quase desaparecimento do “tu”. Isso posto, o discurso religioso é o exemplo de manifestação na qual existe a predominância do mecanismo desse autoritarismo discursivo. Assim:

[...] o paroxismo autoritário chega a tal grau de requinte que o eu enunciador não pode ser questionado, visto ou analisado; é ao mesmo tempo o tudo e o nada. A voz de Deus plasmará todas as outras vozes, inclusive daquele que fala em seu nome: o pastor (CITELLI, 1997, p. 48).

É nesse sentido que percebemos o paroxismo autoritário do discurso religioso, por exemplo, no caso do discurso dos assembleianos, foco desse trabalho, a partir da posição que o pastor fala aos seus membros em nome de Deus, de Jesus ou da posição de quem é cheio do Espírito Santo, tomado por esse Ser superior, quando dizem: - Deus mandou eu te dizer que ele é fiel em tua vida! (dirigindo seu discurso aos seus fiéis assembleianos).

Quanto à dinâmica própria a cada discurso, a partir da noção de reversibilidade, pode-se dizer, tomando as palavras de Orlandi (2006 a), que o polêmico a realiza sob certas condições, o lúdico pode suspendê-la e o autoritário busca anular essa possibilidade. No discurso autoritário, o ouvinte e o locutor são de tal forma capturados pela palavra que a reversibilidade é estancada.

Do exposto, vale salientar que ao analisar, nesta pesquisa, o discurso religioso de membros da Assembleia de Deus, não se pretende falar de crenças ou descrenças nem de valores morais ou espirituais, mas de objeto de conhecimento que é o discurso religioso, as formações discursivas, a memória, o efeito metafórico e a heterogeneidade discursiva. Para Orlandi (1987, p. 07), “o discurso religioso não é objeto de análise somente para teólogos ou “religiosos”, pode, ao ser pensado em outros domínios, receber contribuições importantes para a renovação do estudo da religião”.

É sobre este domínio que a pesquisa se direciona, o que interessa no direcionamento desta pesquisa é a exterioridade. É analisar como, ao recorrerem à memória discursiva e a heterogeneidade, esses falantes produzem o efeito metafórico nos seus discursos, como se dá esse discurso religioso e que efeito de sentido se produz, pois a língua constitui condição de possibilidade do discurso e é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Dessa feita, o discurso é o espaço em que emergem as significações, como bem destacou Orlandi (2005, p. 17) “O discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia compreendendo-se como a língua produz sentidos por/ para os sujeitos”. Assim, os sentidos, os sujeitos e o discurso vão se constituindo, não estão prontos. Há um processo em movimento, como bem defendeu Pêcheux (1969).

Diante dessa compreensão, defendida por Pêcheux (1969) e assumida, no Brasil, por Orlandi (2005) e demais representantes, entende-se a religião como o espaço institucional de uma discursividade estendida às várias práticas expressas e a igreja assume a função de significar o silêncio divino, pois é a igreja que faz confluir o espiritual sobre o temporal, os céus sobre a terra, e a hierarquia eclesiástica, sendo a igreja edificada pela discursividade religiosa. Ela é o lugar onde se concentram diferentes formas dessa discursividade.

É certo que os aspectos sociais e históricos constituem esse tipo de discurso religioso que circula em uma sociedade, sendo resultado, também, das perspectivas políticas e das configurações econômicas da comunidade na qual ele circula. Assim, o discurso religioso é permeado pelos dogmas, leis e éticas que representam a instituição que o circula.

Nesse ponto, o discurso religioso apresenta especificidade discursiva aos que o praticam. Para Orlandi (1987, p. 243), identificam-se como “aqueles em que fala a voz

de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu”. Seguindo a linha de raciocínio da autora, são realizações marcadas pela anulação da reversibilidade, pois não há possibilidade de interlocução, de dialogismo entre locutor e ouvinte(s), tendo em vista que o papel do locutor, nesse tipo de discurso, resume-se a ser o porta-voz de Deus, o de mediador do plano celestial, o defensor do bem, o propagador da verdade.

Nesse trâmite, o discurso religioso propaga e instaura a crença num Ser superior, como elemento transcendental que governa e controla o homem e tudo ao seu redor. Como bem definiu a autora, Deus é aquele que fala na voz do homem. Logo, o homem se posiciona, desse modo, como “instrumento de Deus” e permanece, desta forma, ao inteiro dispor divino. Assim sendo, percebe-se, nesse tipo de discurso, que se instaura o plano espiritual e o plano temporal. Acerca disso, Orlandi (2005) faz considerações sobre a noção de ilusão da reversibilidade para a distinção de discursos polêmicos, lúdicos e autoritários. Ela classifica o discurso religioso como autoritário.

Assim, a reversibilidade é em si mesmo, a troca de papéis na interação que constitui o discurso. No caso do discurso religioso, ocorre uma ilusão do elemento de reversibilidade do discurso, em que a troca de papéis se dá entre locutor e ouvinte,

todas as formas de discurso, entretanto, têm como parâmetro essa noção e, em se tratando do discurso autoritário, gostaríamos de observar que, embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão da reversibilidade que sustenta esse discurso (ORLANDI, 2005, p. 240).

A autora argumenta que, no discurso religioso, estar no “lugar de” não se constitui, exatamente, em estar no “lugar próprio”, pois existe um desnivelamento em relação ao mundo temporal e o mundo espiritual. Desse modo, o mundo espiritual se sobrepõe ao mundo temporal. É nesse aspecto que o discurso religioso apresenta uma grande tendência a ser monossêmico, haja vista haver uma polissemia estagnada, contida dentro de si. Na Bíblia, no livro de Ex 3, 1-22, Deus se auto-define como o Sujeito por excelência, ou seja, como “aquele que é”. É a partir daí que ele interpela outros sujeitos, assujeitando-os a este Sujeito superior. Althusser (1980) afirma que Deus interpela seu sujeito em sujeito cristão e que, portanto, se existe uma multidão de sujeitos cristãos é porque existe o todo poderoso (Deus) que os assujeitou, clivando-os

na posição de sujeitos-cristãos. Logo, esses sujeitos assujeitados ficam numa condição passiva de serem doutrinados,

mas particularmente, isto quer dizer que, na ordem do discurso religioso, Deus é o lugar da onipotência do silêncio, e o homem precisa desse lugar, desse silêncio, para colocar sua fala específica; a de sua espiritualidade (ORLANDI, 1987, p. 30).

Nesse ponto, de acordo com Orlandi (1987), levando-se em consideração que o homem está assujeitado à voz do Ser superior, que é Deus, já que no discurso religioso, o poder divino é sustentado, desde seu início e origem, pela desigualdade de papéis e de lugares, ocorre um elemento místico que se constitui na subjunção de uma voz pela outra, ou o “estar no lugar de”. Desse modo, temos o “como se” instalado nestes discursos. É o homem falando “como se” fosse o próprio Deus. Nesses termos, para se apropriar da voz de Deus, o seu representante utiliza-se do texto sagrado, a Bíblia. Assim, o discurso religioso pode ser compreendido como o discurso da Bíblia, no qual o próprio Deus fala com seu povo acerca do plano divino e do Ser superior. Assim, a Bíblia é tida como a voz divina, o discurso ideal.

Do exposto, pode-se perceber que, na citação do livro de Êxodo, o discurso bíblico é baseado na história de fé de um povo, e quando se utiliza a fé como instrumento de facilitação de qualquer ato nas relações sociais, torna-se inviável contraditar, porque a fé é uma experiência pessoal e, como tal, ela é real para aqueles que a possuem e invenção para aqueles que não acreditam. À medida que o sujeito participa de um processo de conversão religiosa, ele começa a usar essa fé para aproximar-se de Deus, passando a sentir a necessidade de evidenciá-la, de uma forma pacífica, por meio do seu comportamento social ou dos usos e costumes, assumindo uma posição submissa em relação a esse sujeito superior, não empírico. Nesse ponto,

como, na ordem do discurso religioso, o sujeito se marca pela submissão, isto propicia múltiplas espécies de manipulação. Mesmo porque podemos ver a religião como forma de controlar a agressividade desconhecida. E, nesse caso, converter é pacificar (ORLANDI, 1987, p. 15).

O discurso religioso possui uma assimetria entre o plano espiritual (Deus, como o sujeito que interpela, ordena, regula, salva etc.) e o plano temporal (Homens, como sujeitos que pedem, agradecem, desculpam-se, exortam etc.). Nesse ponto, o discurso religioso estabelece um distanciamento entre o campo do sagrado e o campo do profano, havendo um lugar de onde Deus fala e outro lugar onde o homem, na sua condição de pecador se encontra.

Orlandi (1987) assinala que nesse tipo de discurso é possível observar que há um desnivelamento fundamental que ocorre entre os interlocutores, assim, o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus, Jesus, o Espírito Santo) e o ouvinte é do plano temporal (os homens, os assujeitados). É dessa forma que resulta a ilusão do elemento de reversibilidade, pois não é possível ao homem ocupar concretamente o lugar de Deus, contudo, estando ele assujeitado, é por ele que fala a voz de Deus, é como se ele, realmente, falasse em lugar de Deus. Nesse caso, ocorre uma desigualdade elementar que instaura outras, como por exemplo, santo/profano, imortalidade/mortalidade, vida/morte e disso emerge a necessidade da salvação que, conforme a teologia cristã se dá pela fé.

Isso posto, para que se possa compreender melhor esse processo discursivo que impede a reversibilidade é fundamental a distinção entre os lugares sociais no discurso religioso. O lugar social de Deus é o espiritual e o lugar dos sujeitos-cristãos interpelados é o plano material. Acerca disso,

locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetados por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens (ORLANDI, 2006 a, p.243).

No que se refere a essas duas ordens de mundo totalmente diferentes, o que se pode aferir é que um dos efeitos de sentido do discurso religioso é esse reconhecimento do lugar de Deus e dos humanos (sujeitos-cristãos), conforme se pode observar no seguinte enunciado bíblico: “No principio era o verbo e o verbo estava junto de Deus e o verbo era Deus. Todas as coisas foram feitas pelo verbo e sem ele nada foi feito”. Esse enunciado comporta uma cosmologia cujo efeito é o reconhecimento, por parte do

homem, interpelado, de que existe um poder que lhe é superior e ao qual ele deve se submeter, o poder divino, transcendente.

Ainda de acordo com Orlandi (1987), nessa relação, estabelece-se a não-reversibilidade no próprio dizer único e inquestionável, sustentado desde o início pela desigualdade de papéis e lugares, entre o divino e o humano. Tais características assumem grande importância nos discursos religiosos, pois o distanciamento que ocorre entre os interlocutores torna-se elemento necessário para que se possa estabelecer o lugar de Deus (com sua autoridade) e o lugar do homem como subordinado a esse Ser superior. Nesse trâmite, ao falar em nome de Deus, o discurso assembleiano é constituído por uma forte heterogeneidade bíblica, que respalda todo o seu dizer. Por exemplo: -“Ele é crente de fogo”, onde há uma referência à Bíblia, no livro de At 2, sobre o Pentecostes.

Nesse ponto, diz-nos a autora que:

O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma (...) Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz de Deus, é regulada pelo texto sagrado, pela igreja e pelas cerimônias (ORLANDI, 2006a, p.245).

Logo, tomando-se o discurso como materialidade ideológica cujo objetivo é capturar o sujeito livre e assujeitá-lo a um poder superior, pode-se afirmar que o sujeito livre é interpelado por Deus para que livremente aceite sua coerção a esse poder superior, sendo que ele próprio, Deus, é o poder superior.

Orlandi (2006) compreende que esse reconhecimento enquanto efeito de sentido, por parte do sujeito-cristão, torna-se consensual na comunidade à qual ele (sujeito) pertence. O consenso só pode ser entendido se reconhecermos o poder simbólico das palavras e que as palavras não falam por si mesmas, mas falam pelos homens que as utilizam e cujo uso se insere nas relações sociais, que são relações de poder entre os homens.

É possível observar no discurso religioso assembleiano, o uso da palavra “poder”. Por exemplo, quando um crente da Assembleia de Deus diz: -“Deus tem poder”, ou o seguinte enunciado: -“O poder da palavra de Deus”, ou ainda: -“O poder de Deus”, esses enunciados garantem o efeito de sentido no discurso religioso

assembleiano. Assim, fica garantido o reconhecimento, por parte do ouvinte, da existência de um poder superior a ele e ao qual ele deve se submeter. Diante desse poder, o homem reconhece sua nulidade, reconhece não ser mais que uma criatura, evidencia-se o seu assujeitamento. O poder, reconhecido e, assim constituído, situa-se, na formação discursiva religiosa, no lado do plano espiritual (Deus). Assim, os ouvintes reconhecem o enunciador (Deus) como aquele que os nomeou e criou e, perante o qual, devem se submeter. Dessa forma, fica garantida a contenção da polissemia, portanto, a não-reversibilidade na formação discursiva religiosa.

Nesses termos, tal característica do discurso religioso faz com que haja uma diferenciação do discurso religioso em detrimento aos demais tipos de discursos, uma vez que o querer estar no lugar de, não é função de outros discursos, dessa forma, a retórica utilizada é a retórica de apropriação, pois a ilusão da reversibilidade leva o representante a estar no lugar de e não a estar no lugar próprio.

Pêcheux (1997, p. 161) denomina que o processo discursivo é o “sistema das relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc, funcionando entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada”. Para ele, tais funcionamentos da língua são marcados pelas diferentes posições dos sujeitos do discurso. Assim, a relação entre a língua e a ideologia é que explica a apropriação social dos conhecimentos pelos sujeitos. É o que Pêcheux resolveu cognominar de interpelação ideológica que, segundo o autor, são formas que se materializam e se cristalizam por rituais que fazem renitência através dos aparelhos ideológicos, como bem defende Althusser (1980).

Acerca dessa compreensão de ritual, Pêcheux ainda contribui ampliando que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: uma palavra por outra é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho. Isto significa que, na estrutura, na sintaxe da língua há fendas, há brechas através das quais a memória discursiva faz irromper as dissidências, faz irromper o lugar de filiação do dizer. Nesta perspectiva, o referido autor afirma que as formações ideológicas:

comportam, necessariamente, como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura’, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um

aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX, 1997, p.166).

Em relação a essa posição dada numa conjuntura, referida por Pêcheux (1997) é relevante destacar que no âmbito da exterioridade linguística, deve-se entender que o conceito de história com o qual a AD trabalha não é o tradicional, em que se observa uma dimensão temporal expressa na forma da cronologia e da evolução. Os analistas, em geral, preferem falar em termos de “historicidade” constitutiva dos discursos para que os termos não se confundam. A compreensão dos processos discursivos dentro da AD implica, de um lado, o entendimento do funcionamento da organização linguística e, de outro, a abrangência da relação do discurso com a exterioridade.

Vale ressaltar a marca representativa da ideologia presente no dizer, pois de acordo com Orlandi (2005, p. 38), “todo dizer é ideologicamente marcado”. Segundo Pêcheux (1997, p. 92), “[...] todo processo discursivo se inscreve em uma formação ideológica de classes”, ou seja, é a ideologia que fornece evidências de que uma dada palavra, expressão, proposição signifique aquilo que ela está significando em determinado momento sócio-histórico.

Nesse viés, pode-se sugerir que o discurso religioso assembleiano sustenta-se nas oposições entre o plano espiritual e mortal, o sagrado e o profano, a salvação e o castigo, a fé e o pecado etc. Por meio desse discurso, todos aqueles que se destinam a transmitir a palavra de Deus, falam a partir de uma posição que pode nos permitir observar efeitos de sentido de controle e de persuasão.

Do exposto, é necessário compreender que a Análise do Discurso de linha francesa traz para a análise aquilo que é deixado de fora pela linguística tradicional, passando a considerar o componente histórico, sendo as condições de produção do discurso, a ideologia e o interdiscurso os componentes que formam aquilo que está na ordem da historicidade. Logo, para se conhecer esta exterioridade, é necessário compreender a maneira como os sentidos trabalham o texto. Isto é, como o texto significa.

1.2 A Análise do Discurso de Linha Francesa: origem, filiação teórica, épocas, sujeito/assujeitamento e seus conceitos

Em sua gênese, é no decorrer dos anos 60 e 70 que emergem na França importantes discussões aprofundadas e rupturas em torno do materialismo histórico de Althusser, da Linguística Estrutural de Saussure e da Psicanálise, com a releitura lacaniana de Freud. Desse modo:

De um lado, com o progresso da Lingüística, era possível não mais considerar o sentido apenas como conteúdo. Isto permitia à análise de discurso não visar o que o texto quer dizer (posição tradicional da análise de conteúdo face a um texto) mas como um texto funciona. De outro, nesses mesmos anos, há um deslocamento no modo como os intelectuais encaram a “leitura”. Este fato pode ser pensado a partir de trabalhos como os de Althusser (Ler Marx), de Lacan (a Leitura de Freud), de Foucault (a Arqueologia), de Barthes (a Relação leitura/escrita). Há o que designo como suspensão da noção de interpretação. A leitura aparece não mais como simples decodificação mas como a construção de um dispositivo teórico. [...], um sentido preciso que leva em conta a materialidade da linguagem, isto é, sua não-transparência e coloca a necessidade de construir um artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica – lingüística e histórica – em uma palavra, sua discursividade (ORLANDI, 2001, p. 21-22) (grifos originais).

É nesse sentido que a Análise do Discurso (AD) é vista como uma desdisciplina, pois é articulada no entremeio de três regiões do conhecimento científico: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise. Orlandi (2007) a alcunha assim para substituir *interdisciplinaridade*. A autora recusa essa noção, pois uma disciplina precisa ser dominante em relação à outra para que a interdisciplinaridade se estabeleça, o que não se configura na Análise do Discurso de linha francesa, na qual as três teorias referenciadas a constituem, de forma paritária. Logo, a AD é de entremeio porque se move no espaço entre a linguística e as ciências das formações sociais, trabalhando conceitos exteriores ao domínio da linguística. Ela interroga essas três regiões pelo que não consideram. Nesse ponto,

Interroga a linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca

da Psicanálise pelo modo como trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2007, p. 20)

Nesse aspecto, embora a Análise do Discurso tenha a linguística em sua veia embrionária, dela se afasta por estar filiada a outras regiões do conhecimento. Ela pressupõe a Linguística, pois compreende a língua como um sistema significante. Para Orlandi (2007) não podemos não estar sujeitos à linguística, isto é, aos seus equívocos, a sua opacidade, pois não existe neutralidade nem no uso mais cotidiano do símbolo. A autora compreende o discurso como o movimento dos sentidos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, incerteza, de hábitos, de ancoragem e de vestígios.

No que concerne à ideologia, Althusser (1980), ao fazer uma releitura de Marx, sob o viés da concepção materialista da história, formulou a teoria das ideologias com base nas formações sociais, corrigindo, assim, a falha marxista de ter ignorado as formações imaginárias. De acordo com Althusser (1980) a ideologia retrata a relação imaginária dos sujeitos com suas condições reais de existência, como bem atestou Indursky (1997, p. 19): “a relação imaginária com mundo real é que é o objeto da representação ideológica”. Nesse ponto, ao observar uma existência material à ideologia, Althusser defendeu que só há prática através e sob uma ideologia, bem como, que só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

Dentre essas contribuições, ainda se destaca a figura de Harris, com a publicação de um artigo intitulado: “*Discourse Analysis*”, publicado em 1952, embora ele tenha excluído de suas perspectivas um dos principais legados que viria a servir de base para o estudo da Análise do Discurso, que é o contexto sócio-histórico de produção. Contudo, há uma compreensão consensual entre os primeiros estudiosos da Análise do Discurso que defende ser a obra de Harris considerada o marco inicial da Análise do Discurso, pois, coube-lhe atribuir a alcunha “Análise do Discurso” à nova perspectiva teórica que se embrionara na Europa.

Contudo, foram os debates acerca da tríade, Saussure-Marx-Freud, que favoreceram a publicação em 1969, do livro: *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, que procurava mostrar que o estruturalismo deixava brechas ao

analisar as frases. Atento a essas brechas, ele pesquisou um dispositivo que pudesse abarcar essas lacunas e escreveu seu primeiro texto voltado a essas interrogações feitas pela linguística, pelo materialismo e pela psicanálise.

Logo a necessidade de publicação do texto de Pêcheux foi externada pelos seus seguidores e em 1969 foi editada a *Análise Automática do Discurso* (AAD) inaugurando definitivamente a AD na França.

Esta obra defendia uma ruptura epistemológica, apresentando o discurso como cerne nas questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito, principalmente porque ocorre a rejeição da concepção de sujeito enquanto entidade homogênea e estimula-se a valorização da compreensão de sujeito numa visão díspare do consciente e do inconsciente. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 202): “tratava-se de fazer o texto parecer uma plenitude enganadora cuja análise devia revelar a ‘incoerência’ fundamental, relacionando-a ao trabalho de forças inconscientes”.

A *Análise do Discurso* em seu nascedouro, além de tornar-se uma preocupação dos linguistas, despertou também uma preocupação em outros estudiosos, dentre eles: historiadores e psicanalistas. Havia na França dos anos 60 uma prática escolar de explicação de texto, que vigorava desde a época do colégio até a universidade. Nesse ponto, foi de fundamental importância, o papel que a literatura exerceu na França, ao estimular que estas análises fossem abarcadas pela AD. Tendo a AD sido vinculada a diversas outras áreas do conhecimento, passou-se a proliferar o termo: “*Análise do Discurso*” em praticamente todas as áreas.

Do exposto, visando definir o seu campo de atuação, a AD procurou analisar, sobretudo, discursos políticos de esquerda e textos impressos. De início, a AD foi definida como o estudo linguístico das condições de produção do enunciado, tendo como apoio conceitos e métodos da linguística. A *Análise do Discurso* procura enfatizar o estudo da língua em funcionamento para a produção de sentidos e análise do texto. Ela considera o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela relação estabelecida da língua com os sujeitos que a falam e as situações em que produz o dizer. Essa compreensão permitiu à AD não trabalhar com o que o texto quer dizer (posição tradicional da análise de conteúdo), mas sim, com o como o texto funciona (posição assumida pela AD).

A Análise de Discurso, segundo Orlandi (2007), observa a linguagem a partir da concepção de que a língua é ideologia, e tal atributo a faz significar muitas coisas diferentes. Nesse item, a língua é vista pela Análise do Discurso de linha francesa como uma mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social e a mediação é o discurso.

Logo, é através do sentido do discurso que sua inscrição na história se realiza, pois o contexto histórico nos concede pistas para entendermos a constituição ideológica do sujeito e das palavras, seus atos, suas ações, e seu ideal de luta, que muito contribui para a compreensão dos objetos simbólicos ao produzirem sentido. Sendo a língua ideológica, logo temos um sujeito ideológico – “eu” – que dialoga com outro sujeito – “tu”; então ideologia e história são as propriedades que atuam com o real do discurso, permitindo que se trabalhe a interpretação para entender o que se passa nele.

Deste modo, sendo o discurso a materialidade específica da ideologia e a materialidade do discurso é a língua, constitui-se, então, uma tríade língua-discurso-história. Nesse ponto, o que a análise do discurso tenta compreender é como se produz o trabalho simbólico e ideológico na língua, fazendo com que nela se produzam sentidos.

Nesse ponto, vem da psicanálise a contribuição para que se perceba o deslocamento que ocorre da noção de homem para a de sujeito, que por sua vez, constitui-se na relação com o simbólico, na história. Pêcheux (1969) compreende que não há discurso sem sujeito, como não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido. Esse sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia, pois ele é descentrado e afetado pelo real da história, não podendo controlar o modo como ela o afeta.

Vale ressaltar que com a publicação de *Análise Automática do Discurso*, em 1969, Michel Pêcheux introduz, a partir da releitura de Saussure, uma nova perspectiva para o sentido, o sujeito e a história, trazendo para o centro da discussão, o discurso como objeto de análise, visto que para Pêcheux o instrumento da prática política é o discurso. Para isso, recusa a concepção de linguagem como instrumento de comunicação, por que para ele a linguagem tem relação com o político e o histórico e sua preocupação nesse momento era estabelecer uma ligação entre o discurso e a prática política que passa pela ideologia.

Acerca disso, Orlandi (2007) compreende que para a AD não se trata, apenas, de transmissão de informação, nem ocorre essa linearidade nos elementos de comunicação, como se a mensagem fosse um processo que obedeça a um serial. Por exemplo: “Ele fala alguma coisa e o outro (receptor) vai captar a mensagem e a decodificar”. Para a autora, na AD não existe essa separação entre emissor e receptor. O processo de significação ocorre simultaneamente. Assim, o que se tem é um complexo processo de constituição dos sujeitos e de produção de sentidos, não havendo, unicamente, transmissão de informações. Sendo assim, a linguagem só é linguagem porque faz sentido e só faz sentido porque se inscreve na história.

Nesse viés, destaca-se que o sentido não está preso aprioristicamente às palavras, do contrário, ele gera sentidos diversos. Assim, no lugar da ideia de que língua funciona como código de transmissão de informações ou sistema de signos, a Análise do Discurso propõe que esta se configura como um lugar de inscrição do discurso, ou seja, a cadeia material na qual se inscreve o que é da ordem do discurso. Este, por sua vez, se materializa na língua, inscreve-se nela determinando seu funcionamento. Dessa forma, a língua constitui um campo material que só funciona porque é afetado por algo que não é tão somente da ordem da língua, mas como cadeia material que significa, porque nela se inscrevem sentidos de práticas sociais que se processam historicamente, discursivamente.

Nessa percepção, os sentidos não estariam, dessa forma, no sistema linguístico, como propôs Saussure com a noção de valor e significado, mas no processo de produção simbólica ininterrupta, isto é, nas práticas sociais que realizam um trabalho de simbolização deslizando no tempo e no social, construindo, reconstruindo, interditando e reativando sentidos.

Outro ponto relevante para a AD é o conceito de interdiscurso, compreendido como a relação de sentidos produzidos quando um discurso remete a outro. Pêcheux afirma que:

o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, ou já foi objeto do discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as

‘deformações’ que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊUCHEUX, 1997, p. 77).

O interdiscurso é, para Orlandi (2001), o lugar em que os sentidos se constituem enquanto tradutor de um já-dito e esquecido pelo sujeito que o produz, conforme as condições de produção exigidas para o momento dado. Logo, o discurso não escapa à interdiscursividade para se constituir. Por toda sua existência, ele se obriga a esquecer que não nasce de um retorno às coisas, mas da transformação de outros discursos. O mesmo autor afirma que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso; desta sorte, será o espaço de trocas entre vários discursos.

A Análise do Discurso de linha francesa é constituída por três épocas. De acordo com Mussalin (2003), são, de fato, três momentos distintos, a saber: a primeira fase (AD-1), compreendida no período que se estende de 1969 a 1975, é chamada de Período das Máquinas Discursivas, no qual as posições ideológicas e os lugares sociais são vistos menos conflitantes. De fato, são, exatamente, as relações que ocorrem entre as Máquinas Discursivas que se constituem objeto de análise nessa fase. A proposta foi criar um dispositivo de análise de textos baseado num modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade. Tratava-se de um método de análise por computador e foi, juntamente com os programas de lexicometria, um dos primeiros programas operacionais no domínio da análise de textos por computador.

Para Pêcheux (1969) a *Análise Automática do Discurso* aparece formalizada sob duas perspectivas: epistemológica e operacional que permite obter resultados empíricos, de maneira a propor uma alternativa teórica e metodológica à análise de conteúdo, cujo método de análise foi inspirado na linguística harrisiana. Pêcheux (1969) começou a tecer reflexões sobre o discurso quebrando com o paradigma de língua, forma e objeto, de linguagem e de forma de comunicação.

Sobre o exposto, é conveniente destacar que:

Pêcheux propõe um esquema formal que permite chegar a uma definição operacional do estado das condições de produção de um discurso e descrever os requisitos teóricos e metodológicos do processo de produção do discurso (NASCIMENTO, 2008, p. 24).

Para isso, ele rejeita o esquema da comunicação de Jakobson de mensagem como transmissão de informação para atuar com a noção de “efeito de sentido”, trazendo à tona o discurso como efeito de sentido entre discursos distintos.

Nessa primeira época, a formação discursiva e a formação ideológica aparecem com mais intensidade nas análises de Pêcheux, pois representam a relação entre o discurso e o sujeito e a relação entre o histórico e o político; juntas são também responsáveis pelos sentidos produzidos no discurso. Além disso, esses elementos visam a teorizar sobre as possibilidades discursivas, verificando como um determinado enunciado significa.

A segunda época da AD francesa, período que se estende de 1976 a 1979, é concebida como o período das Formações Discursivas (FD), na qual, têm-se a compreensão de que aquilo que determina o que pode/deve ser dito está relacionado e compreendido a partir de um dado lugar social que o sujeito ocupa. Ainda de acordo com Mussalin (2003, p. 120), “adota-se a perspectiva segundo a qual os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso”.

A autora ainda argumenta que é nessa época que a visão acerca da ‘maquinaria discursiva’ será realmente desconstruída. Contudo, na AD - 2, não houve muitas mudanças significativas, poucas coisas podem-se registrar de verdadeiramente novas nesse período. Uma delas seriam as máquinas, que passam a ser vistas por Pêcheux como relação de forças desiguais entre os processos discursivos.

Na AD- 2, para Pêcheux (1969), uma das mudanças, referentes às máquinas discursivas, relaciona-se diretamente com as formações discursivas, e estas, por sua vez estão sempre em formação, pois para que se possa entender uma formação discursiva recorre-se sempre a outras formações discursivas, fazendo-nos entender que sempre estaremos significando um texto partindo de outros textos já significados/existentes/cristalizados.

A terceira época, conhecida por AD-3, para Pêcheux (1969) compreende o período correspondido entre 1980 a 1983. De acordo com Nascimento (2008, p. 29),

pode-se dizer que “a memória discursiva é trazida para a AD, através de J.J Courtine, a partir do conceito foucaultiano de “domínio de memória”. Courtine (1981) lembra que “há sempre já um discurso”, ou seja, o enunciável é exterior ao sujeito enunciator. É através da memória discursiva que é possível perceber a circulação de formulações anteriores, sendo ela quem possibilita perceber, no intradiscurso, elementos do interdiscurso que aparecem ressignificados.

Essa terceira época recebeu, também, a influência da linguísta Jacqueline Authier-Revuz que, a partir dos estudos de Bakhtin, apresentou a noção de heterogeneidade do discurso. Noção que faz explodir a ideia de maquinaria discursiva estrutural, visto que há o primado teórico do outro sobre o mesmo. A autora defende a tese de que a homogeneidade do discurso é uma ilusão, sendo o mesmo atravessado por discursos outros que anunciam a presença de diversas vozes em uma só voz.

Isso posto, Paveau (2006, p. 202) definiu a Análise do Discurso como “a disciplina que estuda as produções verbais no interior de suas condições sociais de produção”. Para Orlandi (2005, p. 26), “a análise do discurso visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos”. Como já foi exposto, a AD tem por principais representantes em sua gênese a figura de Pêcheux, que era filósofo e estudioso da psicanálise, do marxismo e, Jean Dubois, que era linguísta e lexicólogo.

Contudo, além de refletir sobre a própria história das ciências humanas, coube a Pêcheux o mérito de ter analisado as bases epistemológicas que possibilitaram o surgimento da AD, tendo em vista que suas pesquisas direcionavam-se no papel da Linguística no âmbito das ciências humanas, nas suas crises, conquistas e contribuições que a ciência da linguagem traz ao campo da AD. Advindo daí, o que ele convencionou chamar de: “a tripla entente”- Saussure-Marx-Freud, que alicerçam toda a sua obra, como bem atesta Gregolin (2003, p. 08):

[...] esse triplo assentamento traz consequências teóricas: a forma material do discurso é linguístico-histórica, enraizada na História para produzir sentido; a forma sujeito do discurso é ideológica, assujeitada, não psicológica, não empírica; na ordem do discurso há o sujeito na língua e na História.

Como já foi dito, a Análise do Discurso de linha francesa foi fortemente influenciada por duas fortes vertentes: do lado da ideologia, os conceitos postulados pelo teórico Louis Althusser e do lado do discurso, os conceitos de Michel Foucault. A partir das análises dos trabalhos desses dois teóricos, Pêcheux, elaborou e postulou seus conceitos. Dessa maneira, a AD compreende o sujeito como sendo atravessado tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente, assim seu sujeito não é *uno* ou do *cogito*, mas é considerado um sujeito descentrado, cindido, clivado. Ele não se constitui na fonte e origem dos processos discursivos que enuncia, pois esses processos são determinados pela formação discursiva na qual o sujeito falante se inscreve, embora esse sujeito possua a ilusão de ser a fonte ou origem do seu discurso. De acordo com Mussalim, inscreve-se num terreno em que intervêm questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito. Sendo assim,

o sujeito lacaniano, clivado, dividido, mas estruturado a partir da linguagem, fornecia para a AD uma teoria do sujeito condizente com um de seus interesses centrais, o de conceber os textos como produtos de um trabalho ideológico não-consciente. Calcada no materialismo histórico, a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso (...), a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa (MUSSALIM, 2003, p.111)

Do exposto, a AD entende o sujeito, a linguagem e os sentidos como partes de um todo interacional e indissociável. Seu sujeito é clivado porque é dividido entre o “eu” e “o outro”, e nisso o discurso se configura como a relação entre sujeitos e sentidos entendidos como aquilo que insere o linguístico em articulação com a história, com a ideologia.

Logo, levando-se em consideração que a base dos processos discursivos é a linguagem, pois ela é mediação entre o sujeito e o seu entorno, baseado em Courtine (1981) pode-se concluir que um espaço social caracterizado pela permanente disputa de

forças antagônicas deixa, irremediavelmente, marcas tanto na linguagem quanto no sujeito. Nesse trâmite, a AD concebe a linguagem como um lugar de conflito e opacidade que, com a conjunção da história, constitui, por sua vez, um sujeito descentrado, dividido, incompleto.

Nesse viés, retomando Pêcheux (1988, p. 163): “quando o sujeito diz “eu”, o faz a partir de uma inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária com a “realidade”, (...) algo produzido após a entrada do sujeito no simbólico e impede que o sujeito perceba ou reconheça sua constituição pelo Outro (...).” É dessa forma que pela inscrição no simbólico o sujeito se mostra em sua inserção na história, em outras palavras, é afetado ideologicamente. Neste ângulo, podemos dizer que o ponto de partida do sujeito da AD é “o outro”, ou seja, o outro da linguagem e da historicidade. O outro de acordo com Lacan (1998, p. 193): “é o campo... onde o sujeito tem que aparecer.” É, pontualmente, nessa perspectiva que Lacan (1957) evidencia que em relação ao sujeito, não se trata de um fenômeno e sim, de algo que é estrutural, um sujeito que é marcado pela linguagem, articulado à cadeia dos significantes, sendo no ato da fala que ele pode surgir, o que fica claro quando ele se pergunta no Seminário 5 (cinco): “*As Formações do Inconsciente*”:

O que é um sujeito? Será alguma coisa que se confunde, pura e simplesmente, com a realidade individual que está diante de seus olhos quando vocês dizem o sujeito? Ou será que, a partir do momento em que vocês o fazem falar, isso implica necessariamente uma outra coisa? (...) quando há um sujeito falante, não há como reduzir a um outro, simplesmente, a questão de suas relações como alguém que fala, mas há sempre um terceiro, o grande Outro, que é constitutivo da posição do sujeito enquanto alguém que fala (LACAN, 1957, p.58).

Para Lacan (1957) é a partir da fala e do modo como esta é endereçada ao outro que podemos escutar e identificar o sujeito e, na medida em que o sujeito é falante, sua relação com “o outro” não se fecha numa relação dual, já que inclui um terceiro, o “grande outro”. Do exposto, fica pontuado que o sujeito do discurso é um termo usado para especificar o estatuto, o lugar e a posição do sujeito que fala com relação ao seu ato de linguagem.

De fato, é inserido nessa concepção de que o sujeito não é o senhor de sua vontade, levando-se em consideração que ele sofre as coerções de uma Formação Ideológica e Discursiva, ou é submetido à sua própria natureza inconsciente, que emerge a questão da interpelação ou do assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, que consiste em fazer com que cada sujeito, sem que ele tenha consciência disso, mas, ao contrário, tenha a impressão de que é o senhor de sua própria vontade, seja levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada formação social.

Diante dessa concepção exposta, Indursky ainda acrescenta:

Para a AD, a categoria de sujeito não é idealista por ser interpelado ideologicamente, (...), o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas posições de sujeito, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantêm fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições (INDURSKY, 1997, p. 27-28).

Do externado, fica evidenciado que para a Análise do Discurso de linha francesa, o sujeito, de fato, não é origem do sentido nem elemento de onde se origina o discurso, pois, ressalta-se a compreensão de que ele não é único, pois há diversas posições-sujeito que estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Nessa guisa, o sujeito está sempre interpretando e ao interpretar produz sentido.

Se o sujeito, na AD, é posição entre outras, à medida em que se posiciona no seu discurso, passa a subjetivar-se diante da posição na qual está inserido. Todavia, Pêcheux (1969) entende que essa subjetivação é regulada pela língua, levando ao equívoco da impressão idealista da origem em si mesmo do sujeito. Nesse entendimento acerca da subjetivação, do assujeitamento, compreende Orlandi:

A subjetivação é uma questão de qualidade, de natureza: não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Não se quantifica o assujeitamento. Com isto estou dizendo que quando se afirma que o sujeito é assujeitado, não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito, pouco ou mais ou menos. O assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à

qualificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Em outras palavras, para dizer, o sujeito submete-se à língua. Sem isto, não tem como subjetivar-se (ORLANDI, 2001, p.100).

Nesse viés, compreende-se que a subjetividade é estruturada no acontecimento discursivo e regulada pela língua. Nessa formulação o equívoco se instala e o sujeito se centraliza, constituindo-se, desta forma, pela e na linguagem. É desse modo que a partir de uma dada posição-sujeito, a subjetividade assume uma forma material específica, constituída pela historicidade. Daí, ser possível observar e analisar os sentidos, através dos mecanismos e estratégias empregados pelas diversas práticas discursivas para instituir e legitimar processos de subjetivação. Nesse foco, o sentido das palavras e o modo como elas são colocadas no discurso vão ser definidos pelo processo discursivo, com base na formação discursiva em que esse discurso se insere e em conformidade com a forma de organização dos dizeres.

Nesse horizonte focal já exposto, por possuir uma forte relação com a exterioridade, a AD contradita as perspectivas teóricas que veem a linguagem como expressão do pensamento ou como instrumento de comunicação, levando-se em consideração que a linguagem deve ser percebida como ação, transformação. Para Orlandi (1998, p. 17): “tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc.” Nesse ângulo, o sujeito constitui-se numa posição limite entre o que pertence à dimensão enunciativa e o que pertence à dimensão do inconsciente, sem se limitar a nenhum dos dois aspectos, pois é nesse lugar que se inclui o que é de dimensão ideológica. Algumas teorias da enunciação se constituem em teorias subjetivas da linguagem. A AD se constitui numa teoria não-subjetiva que concebe o sujeito não como o centro do discurso, mas como um sujeito interpelado pela ideologia, dotado de inconsciente.

Nesse ponto, o que existe é a relação entre língua e objeto, que é sempre atravessada por uma memória do dizer. E essa memória é a que determina as práticas discursivas do sujeito. Em outras palavras, como dito outrora, para a AD, o dizer do sujeito é determinado sempre por outros dizeres, ou todo discurso é determinado pelo interdiscurso, por relações heterogêneas.

1.2. 1. A Heterogeneidade Discursiva: constitutiva e mostrada.

A exterioridade é parte constitutiva da linguagem, pois ela se imprime como elemento que determina historicamente a constituição dos sentidos. Nesse aspecto, como bem atesta Orlandi (2001, p. 32) “o que vem pela história, vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali”. Nessa linha de raciocínio, a autora destaca a heterogeneidade do discurso.

Orlandi (2001) destaca que o discurso é heterogêneo porque agrega em seu interior diferentes posições-sujeito, tendo em vista que a univocidade não é parte formativa de todo e qualquer dizer. Logo, ele é composto por diversas vozes que exprimem o dialogismo como componente presente. Nessa compreensão, todo dizer é determinado de fora, do exterior, do dialógico que lhe dá constituição, por isso, crê-se que o que se enuncia estará sempre moldado por enunciados anteriores, aos quais eles estão respondendo, e, também, por subsequentes, que eles antecipam, pois, como atesta a autora, os enunciados serão sempre compostos por elementos de outros enunciados.

Desta feita, é ressaltante entender que o discurso não se origina no momento de sua produção, e sim é uma retomada de dizeres que estão em outros lugares e nele se acomodam produzindo efeito de homogeneidade. Logo, no estudo do discurso, deve-se ter como pressuposto a noção de heterogeneidade, o que se torna compreensível a partir da seguinte consideração:

Sob nossas palavras, ressoam palavras-outras, palavras de outros sujeitos, pois o discurso é da ordem do repetível e essa repetição não remete, apenas, àquilo que foi dito anteriormente pelo sujeito do discurso, no presente ou no passado. O repetível é da ordem de um já dito mais amplo e disperso, que remete para o dizer de outros sujeitos, em outros discursos, em outros espaços e em tempos diversos, que tanto podem estar inscritos na mesma Formação Discursiva do sujeito que enuncia quanto em outra Formação Discursiva, seja ela “amigável” ou antagônica (INDURSKY, 2001, p. 27-28).

Indursky (2001) compreende que um discurso é heterogêneo porque sempre comporta, constitutivamente, em seu interior, outros discursos. Ele é heterogêneo,

também, porque abriga em seu interior diferentes posições-sujeito. Logo, falar de heterogeneidade, na perspectiva discursiva, indica reconhecer o dialogismo de todo e qualquer discurso, questionando a unicidade de todo dizer.

Para Indursky (2001) o que está em jogo em AD é o modo de organização interna dos elementos provenientes do exterior para que produzam o efeito de homogeneidade. Desta forma, o sujeito reúne e organiza os elementos externos e, na medida em que eles são inscritos no intradiscurso, apaga-se a sua genealogia. Esse efeito de homogeneidade é, desse modo, produto da ilusão de que tudo o que devia ser dito foi dito, configurando um espaço discursivo simbolicamente fechado, acabado e completo.

Em razão desse efeito, Indursky (2001) direciona seus estudos para a compreensão de uma heterogeneidade provisoriamente estruturada. Esse caráter provisório se deve ao fato do sujeito-leitor, ao interagir com aquela superfície aparentemente bem estruturada e homogênea, acabar por desestruturá-la. Como consequência disso, a ilusão da superfície homogênea se desfaz, pois se sabe que outras vozes constituem um espaço discursivo para que ele seja declarado heterogêneo.

Do exposto, nesse aspecto, vários autores têm se direcionado a essa percepção acerca da heterogeneidade discursiva. Authier-Revuz (2004) em seus estudos relacionados à linguagem efetuou a distinção de dois tipos de heterogeneidade discursiva. A autora compreende uma heterogeneidade mostrada textual discursivamente, que revela a presença do outro - discursivo de forma marcada, como no uso de aspas, e uma heterogeneidade constitutiva.

A autora lembra que o sujeito não é duplo, mas, dividido, é um sujeito não-psicológico, expressão de uma divisão. Entretanto, a “ilusão de unicidade” permanece como categoria inerente à constituição do sujeito, “permitindo que o sujeito funcione como não-UM”. É na tentativa de fazer-UM com a língua, que o sujeito revela um discurso heterogeneamente constituído, pois tenta tornar seu dito fechado e transparente, ou seja, o sujeito crê que domina seu dizer. Por exemplo, na enunciação “você é um crente de fogo, como diz a Bíblia”, o termo “como diz a Bíblia” mostra que algo “fala, independentemente, antes e em outro lugar”. Dessa forma, o discurso mostra-se heterogeneamente constituído por uma “fala anterior”, em termo de AD, o interdiscurso, conjunto do já-dito, afeta o intradiscurso, o fio do discurso. Essa heterogeneidade torna

o discurso opaco, revelando que há algo que o sujeito não domina e que se faz presente em seu dizer, como atesta Laureano (2008, p. 120): “A opacidade do discurso revela o sujeito em seu desejo de fazer-Um com a língua, (preencher sua falta, completando-se) e sua relação com o “outro”.

Nesse ponto, podem-se observar, abaixo, as distinções feitas por Authier-Revuz (2004) acerca da heterogeneidade constitutiva do discurso e da heterogeneidade mostrada no discurso:

a) A Heterogeneidade Constitutiva

A heterogeneidade constitutiva é característica essencial a todo discurso. Nesse aspecto, compreende-se que não há discurso nem sujeitos que não sejam heterogêneos, tendo por característica não ser localizável e não representável no discurso que constitui, por isso, é oposta à heterogeneidade mostrada como representação e delimitação de um sujeito/discurso na pluralidade dos outros. Ela possui o entrelaçamento de várias vozes e não depende de traços que sejam recuperáveis na superfície do texto, visto que o diálogo que ocorre entre os discursos não é definido, não é mostrado. Assim, por vezes o autor do texto não tem o controle sobre essas vozes por causa das restrições sócio-histórico-culturais. Conforme Courtine (1981), a heterogeneidade constitutiva dar-se-á quando o discurso é dominado pelo interdiscurso, ou seja, uma articulação de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas.

Noutro modo, as formas não marcadas representam a incerteza que caracteriza a referência ao outro ou, ainda, outra forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva, na qual há maior risco de dissolução do outro no um (sujeito do discurso).

De acordo com Indursky (1997), é no âmbito da repetição vertical que se instaura a heterogeneidade não-marcada, que é proposta por Authier-Revuz.

b) A Heterogeneidade Mostrada

Já na heterogeneidade mostrada ocorre a presença das marcas detectáveis no discurso, da presença do outro com o qual se dialoga, por meio das formas marcadas (explicitadas) e não marcadas (implicitadas). É a forma como o discurso do outro é

acrescido, assim, caracteriza-se pelas vozes do enunciador no ato da interlocução, que pode se dar por meio do discurso direto e indireto, pelas glosas metadiscursivas, pelas citações, provérbios, slogans, etc. Desta feita, o dizer não é totalmente apagado, tendo em vista que restam marcas de elementos do discurso-outro. Ou ainda, detectadas por meio do discurso indireto livre, das paráfrases e da ironia, formas de relatar uma alocução fazendo ouvir outras vozes diferentes misturadas num único ato de fala, sem haver a delimitação dos sujeitos. Assim, tais vestígios permanecem no intradiscurso, de forma que, por meio dessa manifestação, assinalam a presença do “Outro”. Ainda de acordo com Authier-Revuz (2004), as formas marcadas de heterogeneidade mostrada domesticam o outro, são formas de emergência tangível do outro que quebram a continuidade, a homogeneidade. Assim, o dizer não é totalmente apagado, restando vestígios do discurso-outro.

1.2.2. As Condições de Produção do Discurso: as formações discursivas e ideológicas.

No segundo quartel dos anos 60, Foucault consagrou-se como um dos pioneiros a fazer uso do termo Formação Discursiva (FD), termo presente em um de seus livros, intitulado: “Arqueologia do Saber”. Nele, o autor faz a aproximação de objetos como discurso, sujeito, ideologia. Assim:

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2010, p. 43).

O conceito de Formação Discursiva (FD) foi criado por Foucault e desenvolvido por Pêcheux. Em suas concepções teóricas acerca da Formação Discursiva, Pêcheux busca centralizar suas pesquisas, focando o elemento ideológico, já que na compreensão dele, a ideologia é materializada no discurso. Assim, para Pêcheux, a FD está, pelo menos em seu início, intimamente relacionada à noção de formação ideológica, decorrente da leitura que ele fez da obra “Aparelhos Ideológicos do Estado”, de L.

Althusser, o que, por conseguinte, explica o seu estreito laço com o marxismo. Assim Pêcheux expõe seu conceito:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina "o que pode e o que deve ser dito", articulado sob a forma de uma alocução, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Desta forma, ao chegar a essa concepção de Formação Discursiva, ele compreende que a diferença entre duas Formações Discursivas está contemplada no elemento ideológico, nas lacunas que favorecem a movimentação e impedem a cristalização dos sentidos. Assim,

as formações ideológicas de que acabamos de falar comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares num interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX e FUCHS, 1993, p. 166).

Do que foi dito, pode-se observar nas palavras de Pêcheux a presença da heterogeneidade da Formação Discursiva. Ele prossegue com essas reflexões e comprova que no interior de uma FD coexistem discursos provenientes de outras Formações Discursivas, o que implica no favorecimento da diferença e da contradição, como características constitutivas de uma FD, na compreensão de que os discursos fazem parte de formações ideológicas e discursivas, associadas, sempre, a uma memória social. Isto é, o autor defendeu a ideia de que toda formulação possui, em seu "domínio associado" outras formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, enfim, em relação às quais se produzem certos efeitos de memória específicos. Trata-se, portanto, de inserir no coração da noção de Formação Discursiva a problemática da memória cujo trabalho produz a lembrança ou o esquecimento, a reiteração ou o silenciamento de enunciados.

Mussalim (2003) acrescenta a tal assertiva, a compreensão de que:

uma Formação Discursiva determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Assim uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva (MUSSALIM, 2003, p.119).

Logo, Mussalim (2003) destaca que as Formações Discursivas sempre se correspondem com outras Formações Discursivas para a sua concepção. Isto é, baseiam-se em outras Formações Discursivas para elaborarem seu próprio discurso. Nessa perspectiva, uma Formação Discursiva é atravessada pelo pré-construído, definição dada por Pêcheux, na qual ele a define como discursos que vieram de outro lugar e que são incorporados por ela em uma relação de confronto ou aliança. Compreende-se, assim, que uma Formação Discursiva é constituída por paráfrases, já que é um espaço onde enunciados são retomados e reformulados.

Pêcheux (1997) compreende que a Formação Discursiva é o lugar de articulação entre língua e discurso. Assim, as palavras, expressões, proposições etc, possuem sentido a partir da Formação Discursiva na qual são produzidas. Ele explica como funciona a relação do sujeito com o discurso e a ideologia. É nesse trâmite que o conceito de Formação Discursiva é utilizado pela AD para designar o lugar onde se articulam discurso e ideologia. Logo, uma Formação Discursiva é governada por uma formação ideológica e como uma Formação Discursiva é um dos componentes de uma formação ideológica específica, ela é um espaço de embates, de lutas ideológicas. Isso significa que os discursos são governados por formações ideológicas, pois a formação ideológica é composta por uma ou várias Formações Discursivas interligadas.

É diante dessa concepção que se compreende a noção da interpelação ou do assujeitamento, levando-se em consideração, como já exposto, que o sujeito não é o senhor de sua vontade, tendo em vista que sofre as coerções de uma Formação Ideológica e Discursiva, ou é submetido à sua própria natureza inconsciente. Desse modo, sem que tenha consciência disso, cada sujeito passa a ter a impressão de que é senhor de sua própria vontade, sendo levado a ocupar seu lugar em um dos grupos ou classes de uma determinada Formação Discursiva.

De acordo com Pêcheux (1988, p. 163): “é através da identificação do sujeito com a FD que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma-o em sujeito de seu discurso”. Assim, o sujeito não pode ser concebido como um indivíduo que fala, pois quem, de fato, fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia. Desta feita:

o sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo. (...) O sujeito apesar de desempenhar diversos papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior do qual já enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social, (...) que determina o que ele pode ou não dizer a partir dali, ou seja, este sujeito, ocupando o lugar que ocupa no interior de uma formação social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso (MUSSALIM, 2003, p.133).

Nesse enfoque, por sofrer as coerções da Formação Discursiva do interior do qual já enuncia, o sujeito, para a AD, não é o centro de seu dizer. Esta afirmação retoma as observações sobre os esquecimentos 1 (um) e 2 (dois) que foram formuladas por Pêcheux e Fuchs (1993):

- 1) Esse primeiro esquecimento, também se tornou conhecido como “esquecimento ideológico”. Nesse ponto, produz no sujeito a ilusão de ser a origem do que diz, fato que não é verdadeiro, pois ele está retomando sentidos pré-existentes;
- b) O segundo esquecimento, chamado de “esquecimento enunciativo”, produz no sujeito a impressão de que o que ele diz só pode ser dito daquela maneira e não de outra forma. Entretanto, esse esquecimento não é total, porque, ao recorrer às famílias parafrásticas, o sujeito reconhece que o dizer poderá ser sempre outro. O sujeito se subjetiva na medida em que se projeta de seu lugar no mundo para sua posição no discurso. Nessa medida, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo na articulação da língua com a história.

Isso posto, esse sujeito passa a ser conduzido a, pelos diferentes modos, identificar-se ou, de acordo com Courtine (1981) contra-identificar-se com o saber de

uma FD, cujas fronteiras se deslocam para acomodar saberes que migram, que vêm de fora, do interdiscurso, fronteiras cujo fechamento é extremamente instável. Nesse foco, para se alinhar o entendimento dessa contra-identificação, é procedente, retomar-se Pêcheux (1969) no ponto em que nos diz que o funcionamento da ideologia, em geral como interpelação dos sujeitos, acontece por meio do complexo das formações ideológicas e atribui a cada sujeito a sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, aceitas e experimentadas.

Ao discutir os desdobramentos entre sujeito da enunciação e sujeito universal, Pêcheux afirma que é possível constatar que esse desdobramento pode assumir diferentes modalidades: identificação plena, contra-identificação e desidentificação.

No que se refere à identificação plena, Pêcheux (1969) compreende que há a superposição entre sujeito da enunciação e sujeito universal. Essa superposição revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o afeta, tendo-se aí o discurso do bom sujeito.

Quanto à contra-identificação, Pêcheux (1969) entende que nessa modalidade de identificação o discurso do sujeito da enunciação se volta contra o sujeito universal por meio de uma tomada de posição. O sujeito se contra-identifica com a Formação Discursiva que lhe é imposta.

Todavia, além da identificação plena e da contra-identificação, Pêcheux (1969) acrescenta uma terceira modalidade, na qual o sujeito, ao desidentificar-se de uma Formação Discursiva, desloca sua identificação para outra Formação Discursiva, tendo-se assim um mau-sujeito. Destaca-se que quando Pêcheux fala de bom e mau-sujeito, ele fala a partir da concepção de sujeito proposta pela Análise Automática do Discurso ou seja, pela AD1, na qual a concepção de maquinaria discursiva era intensa.

O olhar de Pêcheux sobre a noção de sujeito vai evoluindo gradativamente com a introdução da ideia de tomada de posição, que origina o desdobramento do sujeito. Nesse ponto, aos poucos, a homogeneidade e unicidade do sujeito são relativizadas, culminando na fragmentação da forma-sujeito em diferentes posições-sujeito, nomenclatura criada por Courtine para definir um sujeito heterogêneo, polissêmico, fragmentado e disperso. Assim, as diferentes posições-sujeito são resultado das contradições, descontinuidades, lacunas presentes em uma Formação Discursiva

heterogênea, que é materializada na língua. Trata-se de um movimento inconsciente e que sofre determinações sócio-históricas e ideológicas.

É dentro dessa perspectiva da fragmentação da forma-sujeito que esse sujeito cindido se desloca para além dos limites da sua FD na busca de completude e afirmação da sua identidade. Courtine (1981) além de dar novos contornos à noção de FD que passa a ser compreendida como matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito, demonstra que são as fronteiras fundamentalmente instáveis das FD que permitem seus constantes deslocamentos e reconfigurações. Desta forma, torna-se evidente o processo que determina a natureza heterogênea do discurso.

Para Mariani (1998), o sujeito ganha sentido para si próprio e se constitui nesse processo identificatório com a Formação Discursiva, todavia, falar em identificação do sujeito em uma dada Formação Discursiva implica dizer que ao mesmo tempo em que ocorre a interpelação em sujeito são apagadas para ele as outras Formações Discursivas que figuram em relação umas às outras no todo complexo das formações ideológicas. Desse modo, o emergir do sujeito numa dada Formação Discursiva promove o apagamento das outras Formações Discursivas provocando para ele o efeito de unicidade.

Nessa percepção entendida pela autora, pode-se apreender que a identidade não é algo definitivo. Esse processo de identificação é inacabado e acompanhado ininterruptamente de outros processos de identificação, ou seja, o sujeito se desidentifica de Formações Discursivas se identificando a outras e se contraidentificando a outras ainda.

Dessa maneira, há sempre algo que falha na cadeia significante, que resiste aos rituais ideológicos que deveriam promover a uniformidade do semântico. Essa resistência possibilita que o sentido inesperado possa insurgir, que o *non sense* possa significar ou mesmo que o silêncio possa fazer sentido ou ainda que um outro sentido possa surgir

Indursky (2005), ao estabelecer um contraponto entre Foucault e Pêcheux, chama a atenção para o fato de que a Formação Discursiva é concebida, por Pêcheux, sempre como ideológica e contraditória, constituída de saberes provenientes de outro lugar, de uma outra Formação Discursiva. Assim, mais do que o desdobramento da Forma-Sujeito em duas tomadas de posição, ter-se-ia a fragmentação da forma-sujeito em várias posições-sujeito desiguais entre si. Para a autora, aí residiria a contradição:

a existência da diversidade contraditória, instaurada pela entrada de saberes diferentes e muitas vezes divergentes, no interior da FD. Ou seja: tais saberes não se originam todos no interior da mesma FD, nem fazem parte de um subsistema no interior do sistema. Tais saberes são provenientes do exterior e, num determinado momento histórico passa a poder ser ditos no âmbito da FD. É isto que entendo por uma FD heterogênea em relação a ela mesma (INDURSKY, 2005, p. 192).

Assim, ao observar a existência dessa diversidade contraditória no interior da FD, Indursky (2000) afirma que a tensão entre a plena identificação com os saberes da FD e a contra-identificação com os mesmos saberes ocorre no interior da FD, o sujeito do discurso questiona saberes pertencente à FD em que ele se inscreve. Não se tendo mais uma identificação plena, abre-se espaço para uma superposição incompleta, que permite a instauração da diferença e da dúvida que são responsáveis pela contradição no âmbito dos saberes da FD. Isto é, esta segunda modalidade traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade e, isto resulta em uma FD heterogênea.

Para Indursky (1997, p. 233), “uma FD autoriza a divisão sob a aparência da unidade, a qual é garantida pela identificação ideológica e a divisão sendo decorrente das diferentes posições de sujeito possíveis no interior de uma FD”. É por isso que a coerência de uma FD é relativa, pois contém, em si mesmo, espaço para a diferença e para contradição. Nesse direcionamento, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta, constitutivamente, em seu interior, outros discursos.

Nesse item, Indursky (2000) pontua que a identificação ocorre atravessada por determinações inconscientes e por determinações ideológicas. Nessa compreensão, o sujeito se identifica com uma matriz de sentido. Isto é, uma Formação Discursiva, com dizeres de uma Formação Discursiva, atravessada por outros dizeres de Formações

Discursivas distintas, o que possibilita filiações sócio-históricas de identificação. Assim, ideologia e inconsciente trabalham simultaneamente nesse processo.

Desse modo, de acordo com Indursky (2000), pode-se falar de identificação ou de processos de identificação. Isso equivale a falar de uma tomada de posição, que é atravessada pela ordem da ideologia e do inconsciente. Isto é, uma tomada de posição diante da interpelação ideológica, todavia sem haver nenhum controle por parte do sujeito ou, sequer, consciência sobre esse processo. Nesse ponto, a identificação do sujeito é marcada por uma singularidade, que vai determinar o seu assujeitamento à ideologia, processo que é inconsciente. Desse modo, desde sempre, o sujeito é interpelado pela ideologia.

1.2.3 As Formações Imaginárias e o Papel da Memória Discursiva

Para que o sujeito construa um discurso, ele dependerá de suas condições de produção, levando-se em consideração que o que garante a especificidade da Análise do Discurso,

(...) é a relação que os analistas do discurso procuram estabelecer entre um discurso e suas condições de produção, ou seja, entre um discurso e as condições sociais e históricas que permitiram que ele fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros (MUSSALIM, 2003, p.112).

O conceito de condições de produção é o que formulará e reformulará os procedimentos de análise e o objeto de estudo da AD. Conforme já foi dito, as condições de produção é o que caracteriza o discurso e o constituem como objeto de análise. Orlandi (2005) aborda em seus estudos que, na maioria das vezes, os diferentes sentidos encontrados em diferentes enunciados remetem às memórias e às circunstâncias externas, mostrando que o sentido não está apenas nas palavras e no texto propriamente dito, mas na tensão das relações de forças, pois,

os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no

modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos em relação ao dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2005, p. 30).

Orlandi (2005) salienta que as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória ‘aciona’, faz valer as condições de produção, tornando-se fundamental. Podem-se considerar as condições de produção em sentido estrito e têm-se as circunstâncias de enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico-ideológico:

a análise do discurso considera como parte constitutiva do sentido o contexto-histórico. (...) O contexto histórico-social, então, o contexto de enunciação, constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado. Em outras palavras, pode-se dizer que, para a AD, os sentidos são historicamente construídos (MUSSALIM, 2003, p.123).

É nesse ponto que o sentido não existe em si, sendo parte constitutiva do contexto-histórico-social. Ele é determinado pelas posições ideológicas em que as palavras são produzidas e de que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as empregam, sendo através da Formação Discursiva (FD) que se consegue compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia, sendo a Formação Discursiva que determina o que pode ser dito.

Nesse ponto, as condições de produção imediatas passam a interferir nas produções discursivas dos sujeitos e na constituição de seus imaginários, de forma a gerar deslocamentos em seus discursos,

pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante.

Nesse caso, o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete. Daí termos proposto a distinção de três formas de repetição: a repetição empírica (mnemônica) que é a do efeito papagaio, só repete; b. a repetição formal (técnica) que é um outro modo de dizer o mesmo; c. a repetição histórica, que é a que desloca, a que permite movimentos porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido (ORLANDI, 2005, p.54).

Nesse enfoque, a linguagem possibilita o aparecimento de deslocamentos em condições de produção específicas. No entanto, pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem, não há garantia de uma determinada produção de sentidos, ou da geração de um deslocamento específico (ou mesmo de qualquer deslocamento) nessa produção.

Orlandi (2005) e Brandão (2004) tecem importantes considerações em relação à forma como o sujeito atribui imagens do interlocutor, do referente e de si. Assim, essas imagens constituem o processo de elaboração discursiva, elas se remetem a mecanismos de funcionamento da linguagem. Isto é, as relações de sentido, as relações de força e de antecipação condicionados pelas formações imaginárias:

No discurso, as relações entre esses lugares, objetivamente definíveis acham-se representadas por uma série de “formações imaginárias” que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (BRANDÃO, 2004, p.44).

Do exposto, no mecanismo da antecipação, o sujeito coloca-se no lugar do destinatário e, dessa maneira, o sujeito representa, em suas formações imaginárias, o outro, prevendo o efeito de suas palavras. O locutor regula seu discurso conforme os efeitos que espera reproduzir no interlocutor. Deste modo, na relação de forças, o sentido das palavras é regulado de acordo com o lugar social ocupado pelo sujeito-falante. Nessa perspectiva, a posição social ocupada pelo sujeito falante é inerente ao seu dizer. Nesse item, Pêcheux (1990) teceu seus estudos observando que certos dizeres

dominam outros dizeres, segundo a representação que se faz do lugar social ocupado por aquele que enuncia – variação de dominância das palavras.

Com relação ao imaginário, vale reproduzirmos o que escreve Orlandi:

Segundo o mecanismo da antecipação, todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor (ORLANDI, 2005, p.39).

Nessa perspectiva, o sujeito diz aquilo que espera que faça sentido para seu interlocutor. Nesse jogo está a interpretação, ou a imagem do sujeito com relação ao seu interlocutor e ao objeto do discurso. Nesse direcionamento, o sujeito, quando enuncia, mobiliza um funcionamento discursivo, que remete às formações imaginárias. Assim, aquilo que o sujeito espera que faça sentido para o interlocutor é também uma interpretação de um discurso anterior que faz parte da formação imaginária do sujeito falante. O mecanismo imaginário acessa esse sentido já dado em discursos anteriores e produzido em condições em que fazia sentido. O mecanismo imaginário produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica.

A partir dos mecanismos de funcionamento da linguagem, pode-se concluir que não são os lugares empíricos, ocupados pelos sujeitos, que determinam os dizeres, mas a representação que o sujeito faz de si, do outro, do outro em relação a si e do referente.

Logo, é a representação que o sujeito faz desse interlocutor que direciona a produção de seu discurso. Vale ressaltar que a relação de sentido postula que não há discurso original - todo discurso faz parte de um processo: é determinado por dizeres prévios e aponta para dizeres não-ditos.

Outro elemento pertinente a este trabalho, que já foi citado outrora, mas que merece destaque é o papel da memória. Este trabalho deve ser observado e compreendido à luz da perspectiva da análise do discurso de linha francesa. Assim, assume o conceito de memória discursiva defendido por Pêcheux, ao apontar que:

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Isso posto, para Pêcheux (1999) todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Nesse item, os sentidos vão se construindo no embate com outros sentidos. Assim, quando não conseguimos recuperar a memória que sustenta aquele sentido, temos o *nonsense*. Ainda que o falante não tome consciência desse movimento discursivo, ele flui naturalmente. Assim, a memória é o saber discursivo, o já-dito, os sentidos a que já não temos mais acesso, que foram constituídos ao longo de uma história e que estão em nós, sem pedir licença. A memória, compreendida por Orlandi (2001) em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso.

Pêcheux (1999) também compreende a memória discursiva, nesse ponto, enfatizada como interdiscurso. De outro modo, é um saber que possibilita que nossas palavras façam sentido. Esse saber corresponde a algo falado anteriormente, em outro lugar, a algo “já dito”, entretanto, ainda continua alinhavando os nossos discursos. Em razão disso, a memória e, conseqüentemente, o interdiscurso são responsáveis diretos pela constituição do sentido, como bem atenta Orlandi (2001, p. 33): “a constituição determina a formulação, levando-se em consideração que só se pode dizer (formular), colocando-se na perspectiva do dizível (memória, interdiscurso)”.

Nesse ponto, a memória surge, então, como questão efetiva que permite o encontro, por exemplo, entre o histórico e o sociológico. Foi essa compreensão quem:

conduziu a abordar as condições [mecanismos, processos...] nas quais um acontecimento histórico [um elemento histórico descontínuo e exterior] é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio à memória (PÊCHEUX, 1984, p. 49).

Acerca disso, Pêcheux (1984) esclarece que a memória deve ser entendida como nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e de memória do historiador. Para ele, a Análise do Discurso é uma posição enunciativa que é, também, aquela de um sujeito histórico, pois seu discurso, uma vez produzido, é objeto de retomada, que se esforça por estabelecer um deslocamento suplementar em relação ao modelo. Assim, a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação. Como, por exemplo, neste presente trabalho, conforme se pode observar, nas análises e nos anexos, quando um crente assembleiano produz seu discurso, ele sempre o remete por meio de uma memória social ao discurso proferido pelos seus fundadores, Daniel Berg e Gunnar Vingren, ou ainda, à memória do discurso produzido pelos seus líderes religiosos e do discurso sacro bíblico, marcado pela presença do divino, do Ser superior. Assim, os dizeres estão disponíveis, não no próprio sujeito, mas sim no outro, na memória discursiva.

Nessa guisa, é, pois, fundamental ressaltar que Pêcheux (1999) não dissocia memória do histórico e do político. Assim, o fato de que exista o outro interno em toda memória é a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior. Isto é, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior. Contudo, para Pêcheux (1999) a memória é muito mais do que uma colagem, uma montagem, uma reciclagem, uma junção. Ela é tudo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo o momento, fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir.

1.2.4 Os Efeitos Metafóricos na Análise do Discurso de Linha Francesa

Os termos metafóricos vêm sendo alvos de constantes investigações desde a Grécia antiga. Etimologicamente, a palavra "metáfora" vem do grego *metaphora*, derivada de *meta* ("sobre") e *pherein* ("carregar, transportar"). Ela se refere a um conjunto de processos linguísticos em que as características de um objeto são transferidas para outro, ao ponto de se falar do segundo como se fosse o primeiro.

Aristóteles e Platão já demonstravam interesse em estabelecerem concepções acerca desse assunto. Para Aristóteles a metáfora possuía um valor decorativo, que acontecia pela semelhança entre dois ou mais objetos ou seres, nesse aspecto, de acordo com Ricoeur (2005, p. 20): “Não verão nela nada além de simples ornamento e puro deleite. Toda a condenação da metáfora como sofisma participa da condenação da própria sofística”.

Nesse sentido, Aristóteles defendia que a metáfora tinha por principal característica a transposição do nome de uma coisa para outra, transposição do gênero para a espécie, ou da espécie para o gênero, ou ainda, de uma espécie para outra espécie por analogia. Tal afirmação nos leva a crer que é também a partir de Aristóteles, ou melhor, de sua teoria sobre a metáfora que se começa a delinear a dicotomia literal x figurado. Para ele, a metáfora implica numa substituição. Isto é, o termo metafórico poderia ser substituído pelo termo próprio àquele uso, ou mesmo, pelo termo corrente, como bem salientou Ricoeur (2005, p. 37):

A ideia aristotélica de *allogros* tende a aproximar três ideias distintas: a ideia de desvio em relação ao uso ordinário, a ideia de empréstimo a um domínio de origem, e a de substituição em relação a uma palavra comum ausente mas disponível. [...] É a ideia de substituição que parece a mais preta de conseqüências, pois se, com efeito, o termo metafórico é um termo substituto, a informação fornecida pela metáfora é nula, o termo ausente podendo ser restituído caso exista; e, se a informação é nula a metáfora tem somente um valor ornamental, decorativo. Essas duas conseqüências de uma teoria puramente substitutiva caracterizarão o tratamento da metáfora na retórica clássica (grifo nosso).

Do exposto, pode-se apreender que advém daí, a visão tradicionalmente consolidada que a metáfora vinha sendo estudada no âmbito das figuras de linguagem, por isso sendo vista tão somente como ornamento poético. A vinculação da metáfora com a retórica aristotélica fez com que ela fosse, por muito tempo, observada tão somente como uma figura, assim como bem salienta Ricoeur (2005, p. 19):

Antes, portanto, da taxionomia das figuras, existia a grande retórica de Aristóteles, mas, antes desta, existia o uso selvagem da palavra e a ambição de apreender por meio de uma técnica especial sua perigosa potência. A retórica de Aristóteles já é uma disciplina domesticada,

solidamente saturada à filosofia pela teoria da argumentação, da qual a retórica em seu declínio foi amputada.

É notório, que foi Aristóteles o primeiro a abordar o tema da metáfora, identificando-a como termo genérico que compreendia todas as figuras retóricas em geral. Essa visão aristotélica está presente em grande parte dos fundamentos que dão sustentabilidade a dicotomia sentido figurado e sentido não figurado. Lakoff (2002) afirma que para Aristóteles o homem obtém o conhecimento das coisas por meio de suas essências, pois estas são intrínsecas àquelas. Os autores ainda acrescentam que para Aristóteles o conhecimento sobre as coisas deve ser comunicado através da linguagem convencional e que as expressões linguísticas designam de forma apropriada, clara e objetiva as propriedades essenciais das coisas.

Do que foi dito, vale ressaltar que para ele o conhecimento científico não poderia ser comunicado se os termos não fossem usados no sentido próprio, ou seja, literal. Lakoff (2002) ainda afirma que havia quatro princípios norteadores da literalidade na visão de Aristóteles. Segundo eles, o primeiro princípio estava relacionado à concepção de mente independente do mundo. Isto é, para que se pudesse comunicar o mundo por meio da linguagem seria necessária a utilização de fórmulas lógicas e silogismo que explicitasse um caráter objetivo e inquestionável.

Assim, o segundo princípio aristotélico consistia na assertiva de que o uso “desviante” das palavras consistia numa forma inadequada de se falar das coisas, pois as palavras em seus usos desviantes não poderiam ser aplicadas às coisas de forma apropriada. Já o terceiro princípio defendido por Aristóteles pregava ser o sentido literal o único realmente existente para as expressões linguísticas. Por fim, como quarto princípio, pode-se observar a visão de que a utilização de uma coisa para designar outra tem sua motivação na semelhança entre elas.

Daí, o princípio da definição de metáfora que permeou durante muitos anos e permaneceu viva no discurso de muitos estudiosos. De acordo com Amora (*apud* Vila Nova, 1994, p. 156): “a metáfora é o emprego de uma palavra noutra sentido que não o próprio, com base numa semelhança de ideias, devendo ser considerada sempre uma imagem, pois toda ficção é, em sentido amplo, uma imagem da realidade”. Essa visão de metáfora trazida por Aristóteles perdurou por cerca de vinte e três séculos. Aos

poucos, a metáfora vai deixando de ser percebida como função ornamental da chamada tradição objetivista, evitada quando se queria expressar-se de forma precisa, e passa a ser percebida como essencial à condição humana, bem como um mecanismo de criação de novos sentidos e de novas realidades na vida humana.

É relevante considerar que essa nova compreensão da metáfora começou a ser percebida a partir de 1970. De acordo com Zanotto (1998) houve uma virada paradigmática, pois a metáfora deixa sua função meramente ornamental e objetiva para se tornar um importante instrumento de cognição, de cunho objetivista.

Foi o retórico e crítico literário inglês, Ivor Armstrong Richards (1893-1979), quem introduziu através de sua obra “The Philosophy of Rethoric” (1936), os primeiros passos para que, posteriormente, Black pudesse desenvolver o que chamou de Teoria da Interação. Sendo assim, as concepções de Richards foram posteriormente aprimoradas na sistematização de Black. Richards defendia, nos seus estudos, dois conceitos fundamentais: “Teor” e “Veículo”, o teor é a ideia ou assunto principal e o veículo seria a ideia pela qual o teor é apreendido, advindo da interação entre teor e veículo a metáfora, nesse direcionamento a importância estará centrada naquilo que é construído de novo, na informação gerada dessa informação entre contextos semânticos.

Assim, Richards centrou-se contraditando a dicotomia literal x figurada, pois para ele a metáfora é melhor compreendida em sua Teoria da Interação, levando-se em consideração que não há sentidos fixos anteriormente determinados, mas um sentido potencial revelado de forma diferente nos diversos contextos em que são usados. Segundo Contencas (1999, p.51): “Richards defende que o pensamento é em si metafórico e é dele que derivam as metáforas da linguagem”.

A metáfora, também, recebeu atenção nos estudos elaborados por Jensen (1975), que afirma que palavras ou expressões figuradas, principalmente as comparações e metáforas, constituem um poderoso recurso de esfriamento do texto. Isto é, dizer que conversar com alguém é como tomar cerveja quente tem mais vida do que simplesmente dizer que é tedioso conversar com fulano. Existem até mesmo metáforas estratificadas, como congelamento de preços, rolar a dívida, ou abrir ou fechar um regime político. Neste sentido, seus estudos tratam das metáforas na produção de textos que visam resolver problemas sociais, classificando-as em cinco tipos fundamentais:

I - Metáforas de restauração: Este tipo de metáfora está subdividida em:

a) Metáfora médica: quando a sociedade é relacionada ao corpo humano. Cria-se uma imagem antropomórfica colocando situações de males e curas. A saúde possui o status e dela dependem a vida e a morte. Exemplos: O câncer da inflação. O vírus do desemprego. A paralisia cerebral da justiça brasileira. O remédio amargo do congelamento dos salários.

b) Metáfora de roubo: é usada socialmente em situações diversas. Exemplos: O presidente roubou a liberdade do povo. É preciso libertas suas emoções. Aprisionou suas ideias.

c) Metáfora de conserto: Está presente na sociedade em situações que necessitam de um reparo. Exemplos: É preciso consertar as rachaduras da coligação desses partidos. Faz-se necessário encontrar a fórmula do cimento capaz de unir esses grupos religiosos.

d) Metáfora de limpeza: Tem por característica sua assimilação didática, pois é de fácil compreensão. Exemplos: Vamos passar o rodo na política brasileira. É preciso lavar a alma dessas autoridades. Deve-se varrer o entulho autoritário da ditadura. (expressão bastante usual na transição da chamada Velha República para a também chamada Nova República, pois os políticos da época diziam que era preciso varrer o entulho autoritário.).

II- Metáforas de percurso: Subdivide-se em:

a) Metáfora de percurso em terra: Está relacionada a estradas, obstáculos ou encruzilhadas. Exemplos: Não sei mais o que fazer, estou no meio de uma encruzilhada. Siga sua estrada e seja feliz!

b) Metáfora de percurso no mar: É muito representativa e intensificadora, porque sugere sempre a possibilidade de um naufrágio. Exemplos: O congresso nacional está afundando em lama podre. Ele já pediu demissão porque o barco vai virar.

c) Metáfora de cativo: Incorpora a ideia de aprisionamento. Exemplos: Este homem é um escravo do sexo. Meu diretor é mesmo um feitor de escravos com o chicote nas mãos o tempo todo.

III - Metáforas de unificação: Está subdividida em:

a) Metáfora de parentesco: Relaciona a nação como uma grande família. Exemplos: O Brasil não se esquece de seus filhos. Nossa nação brasileira é uma mãe para os políticos.

b) Metáfora pastoral: É de cunho religioso, amplamente proliferada pela igreja na sociedade. Exemplos: Deus é o nosso pastor. Somos ovelhas cercadas por lobos neste mundo mal.

c) Metáfora esportiva: É disseminada pela imprensa lúdica. Exemplos: Os EUA fizeram um gol contra ao destruírem o meio-ambiente. Se a câmara de deputados e o senado não chegarem a um consenso, o jogo será zero a zero. O pacote econômico até chegou perto, mas não fez gol.

IV- Metáforas criativas: Subdividem-se em:

a) Metáforas de Construção: Relaciona-se a algo construído, constituído. Exemplos: Seu Antônio é o pilar da casa. Nosso país realmente precisa ser reconstruído.

b) Metáfora de tecelagem: Relacionada a tecer. Exemplos: Vamos costurar nossas relações. É preciso encontrar o fio da meada. Existem buracos na textura da nossa sociedade.

c) Metáfora de compositor: Quando se relaciona à música e seu universo. Exemplos: Você e seu marido precisam dançar no mesmo ritmo para que o casamento dê certo. Ele sempre foi a nota desafinada da sua família. É hora de afinar os instrumentos e partir.

d) Metáfora de lavrador: Relativo ao campo. Exemplos: Vamos plantar a semente da esperança no coração dos homens. Já chegou a hora da colheita. Vamos adubar a mente das crianças para que deem bons frutos.

V- Metáforas naturais: Relacionada à natureza. Subdividem-se em:

a) Metáfora claro-escuro: Faz uso da dicotomia luz/escuridão. Exemplos: Ainda bem que há uma luz no fim do túnel. “Passei por uma noite muito escura de desespero”. “Sofri muito, mas o dia raiou”

b) Metáfora de fenômenos naturais. Exemplos: Houve uma chuva de sugestões na empresa. Meu relacionamento com você está à beira do abismo. Houve uma avalanche de problemas.

c) Metáfora biológica: Está relacionada às pessoas e animais. Exemplos: Este homem é um abutre. Você foi um leão diante das dificuldades. Lá vem ela com suas garras afiadas. Ele chorou lágrimas de crocodilo.

Há ainda a Metáfora militar, defendida por alguns estudiosos. A citada metáfora refere-se a situações bélicas. Exemplos: Vamos abrir fogo cerrado contra este país. É preciso combater o mal.

Posteriormente, aos citados estudos elaborados por Richards e por Jensen, os estudos elaborados por Black (1962/1979) destacam uma visão mais interativa da metáfora, em que diferentes pensamentos são ativados conjuntamente e interagem para produzir um significado, neste sentido, uma sentença metafórica teria dois sujeitos distintos, um primário e um secundário. O ato de fala metafórico trabalha projetando sobre o primeiro sujeito um conjunto de implicações associadas, compreendidas no complexo implicativo que é sugerido pelo sujeito secundário, como no exemplo O homem é um lobo, em que o sujeito secundário lobo opera sobre o sujeito primário homem interferindo na nossa visão de ser humano, que recebe os atributos do animal lobo, reorganizando e modificando nossos conceitos.

Assim, de acordo com Lakoff, a metáfora faz parte do nosso sistema conceitual e, por isso permeia todos os nossos pensamentos, palavras e ações, conscientes ou inconscientes, veiculando através da linguagem o que está profundamente guardado no nosso sistema conceitual. Nesse sentido, Lakoff (2002, p. 55) afirma que "(...) as metáforas podem ter o poder de definir a realidade. Elas assim o fazem através de uma rede coerente de vínculos que enfatizam algumas feições da realidade e escondem outras". Dito isto, segundo Goatly (1997, p. 79): “a escolha de uma metáfora pode ter amplas consequências ideológicas e também cognitivas. A metáfora não seria, então,

apenas uma variação no uso das palavras, mas seria um modo de expressão do significado”.

Isto posto, Charteris-Black (2004) chama atenção para o fato de serem as metáforas instrumentos cognitivos, na medida em que a interação entre pensamentos de dois domínios da metáfora - leva a um novo entendimento e destaca a importância retórica do papel da metáfora na construção de avaliação implícita pelo autor. Ele afirma que a coerência de textos, re (construída) pelo leitor, é o resultado de uma interação complexa de contexto lingüístico e conhecimento não-lingüístico. Logo, as metáforas podem ser usadas persuasivamente para expressar avaliação e, por isso, constituem parte da ideologia dos textos. Assim, Charteris-Black afirma que "a metáfora é vital na criação dessa apresentação da realidade"

Diferindo-se das concepções apresentadas, nesse percurso que a metáfora caminhou, este trabalho adota como concepção a compreensão da metáfora como efeito metafórico tal qual foi defendida por Pêcheux:

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre x e y é constitutivo do “sentido” designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas lingüísticos “naturais”, por oposição aos códigos e às “línguas artificiais”: em outros termos, um sistema “natural” não comporta uma metalíngua a partir da qual seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua (PECHEUX, 1990, p. 96).

Assim, diferentemente de Lakoff (2002), que entende a metáfora a partir do conhecimento do indivíduo (conforme proposta do método conceitual), Pêcheux (1990) traz outra perspectiva quando coloca a metáfora constitutivamente em relação à exterioridade. Tal relação leva a pensar a metáfora como efeito de sentido instaurado por meio da posição do sujeito (social, cultural, histórico), da relação com a ideologia, a memória discursiva e a rede de sentidos tecida pelo interdiscurso. Esse efeito metafórico relaciona-se fortemente com o imaginário do sujeito do discurso que, por ser social, encontra-se ancorado na Formação Discursiva em que se inscreve o sujeito, e não em um imaginário individualizado, como é o da retórica. De modo que as transferências e/ou superposições que estão na base do efeito metafórico refletem todo o jogo de possíveis desse discurso.

É a possibilidade do efeito metafórico, conforme afirma Pêcheux (1990) que permite que um efeito semântico possa ser substituído contextualmente por outro, sem que dele se desvincule totalmente. É, pois, esse efeito que traz a possibilidade de deslocamento dos sentidos, senão, o que ocorreria seria apenas uma reprodução dos sentidos, nos quais a interpretação, os deslizos, os deslocamentos não teriam lugar, pois seriam meras repetições do que, no caso deste trabalho, o discurso religioso já instaurou. Ele defende em seus estudos que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para se derivar para outro, assim, é o efeito metafórico que expõe a relação da língua e da historicidade no discurso, através dos deslocamentos dos sentidos.

Logo, diferentemente do conceito linguístico de metáfora, que opõe o sentido literal (primeiro e natural) ao sentido metafórico interpretado como um desvio do sentido literal, Pêcheux (1990) postula um conceito de metáfora como o cerne da produção de sentidos. Enquanto que para a linguística, a metáfora é um fenômeno local da linguagem, para Pêcheux os processos metafóricos são vistos como um mecanismo presente em todo processo de produção de sentidos.

Desta feita, a metáfora passa a possuir a noção de “transferência”, o modo como as palavras significam. Nessa compreensão, não há sentido sem metáfora, como bem defendeu Pêcheux:

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de um sentido” não poderia ser predeterminado por propriedades da língua, pois isso seria admitir que os elementos já estão dotados de sentido, que têm primeiramente sentido ou sentidos, antes de ter um sentido. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, sinônimos), das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório (PÊCHEUX, 1988, p.263).

De acordo com Orlandi (2005), é por meio da *transferência* de sentidos de uma palavra que percebemos a não-evidência, a não-literalidade desses sentidos, pois para ela palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em Formações

Discursivas diferentes. A partir da Formação Discursiva, relaciona-se a questão do discurso com o próprio sujeito, ou seja, os enunciados não existem em “si mesmos”, mas são determinados pelas posições ideológicas ocupadas pelo sujeito, e assim a mesma palavra pode significar de forma diferente a partir da posição em que se inscreve.

É nesse ponto que o efeito metafórico visto como fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual provoca um “deslizamento de sentido” entre dois termos. Esse deslizamento ocorre porque os sentidos de um discurso são determinados pelo processo de produção e pelas condições de produção desse discurso, o que significa inscrever os sentidos na história

A possibilidade da metáfora entendida como transferência, substituição, não é um desvio ou um erro de interpretação da história, ela é constitutiva do próprio sentido, ela promove o sentido novo e, ao mesmo tempo, carrega nele a memória do que foi dito e do que se instituiu como a gênese dos interesses que inauguraram, no caso desse trabalho, uma aproximação/contraposição entre o sagrado e o profano, o divino e o satânico.

Recapitulando: Pêcheux (1969) ratifica que todo processo de produção de discursos se dá pelo constante deslizamento de sentidos, através do qual de um termo ou expressão se passa a outros, que os substituem. Nessa compreensão, as metáforas devem ser entendidas não como desvios, e sim como deslize ou transferência. Dessa forma, a metáfora está, pois, na base do movimento dos sentidos. Logo, para que haja discurso é preciso que se passe constantemente de um sentido a outro. Dito de outro modo, todo novo processo de produção de um discurso vai sempre produzir deslocamentos ou deslizes, no sentido de passagem de um termo a outro, que são os efeitos metafóricos.

Dito isso, ao consideramos a definição de metáfora proposta por Pêcheux (1990), pode-se perceber esse efeito metafórico presente nos discursos de membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, foco deste trabalho. Pode-se perceber que sua manifestação pode ocorrer por meio de uma heterogeneidade mostrada, que é a incidência sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação. Por exemplo, quando um assembleiano diz: - *Eu sou uma Ana, mulher de oração!* (heterogeneidade mostrada, referindo-se à personagem Ana da

Bíblia, no livro de 1 Sm 2, que diz que Ana orou tanto a Deus, que foi tida pelo profeta Eli, como embriagada). Nesse recorte discursivo, a heterogeneidade no discurso assembleiano é acionada por meio da memória discursiva, pois é a memória discursiva que torna possível a toda formação discursiva fazer circular formulações anteriores, já enunciadas. Ou seja, a memória discursiva diz respeito à recorrência de enunciados no discurso, ela separa e elege, dentre os elementos de uma determinada contingência histórica, aquilo que deve ser rejeitado e o que pode emergir e ser realizado num novo contexto, produzindo determinados efeitos.